

DIVERSIFICAR ALGARVE 2030

• PLANO DE AÇÃO •

IMPULSIONAR O DESENVOLVIMENTO REGIONAL PELA DIVERSIFICAÇÃO,
SUSTENTABILIDADE, COMPETITIVIDADE E CRIAÇÃO DE EMPREGO

PROPOSTA DE TRABALHO PARA SUBMISSÃO À COMISSÃO EUROPEIA

APRECIADA EM REUNIÃO ENTRE O GOVERNO, REPRESENTADO PELA MINISTRA DA COESÃO E TERRITÓRIO, ANA MARIA ABRUNHOSA E SECRETÁRIO DE ESTADO ADJUNTO E DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL, CARLOS MIGUEL, A CCDR E OS 16 MUNICÍPIOS DA REGIÃO INTEGRANDO A COMUNIDADE INTER MUNICIPAL (AMAL) EM 11 DE NOVEMBRO DE 2021



Título: Diversificar Algarve 2030 – Plano de Ação

Coordenação Geral: José Apolinário

Coordenação Técnica: Aquiles Marreiros

Equipa técnica CCDR Algarve: Ana Luisa Silva, António Travassos, Filomena Coelho, Isabel Beja, Josiane Martins, Valentina Calixto

Contributos externos: Universidade do Algarve, Centro Hospitalar Universitário do Algarve, Agência Portuguesa do Ambiente – ARH, Administração dos Portos de Sines e do Algarve, Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve

Novembro de 2021

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve

Praça da Liberdade, 2 . 8005-164 Faro

Telefone: 289 895200 E-mail: geral@ccdr-alg.pt

Índice geral

Nota de abertura	4
Enquadramento estratégico.....	6
Algarve, os efeitos da crise	11
Plano de Ação – Objetivos Gerais	15
Plano de Ação – Áreas de Intervenção	19
1. Saúde, Longevidade e Bem-estar	20
2. Mar e Agroalimentar – Promoções de cadeias de valor	23
3. Região inteligente Algarve – Digitalização de economia.....	25
4. Indústrias culturais e criativas.....	27
5. Energias renováveis.....	29
6. Economia circular - Empresas.....	31
7. Infraestruturas de apoio à competitividade.....	34
8. Qualificações para as novas fileiras de especialização	37
9. Património natural, conservação da natureza e biodiversidade	40
10. Valorização dos ativos territoriais – Baixa densidade	43
11. Metro ligeiro de superfície Algarve central (Faro-Olhão-Loulé) - Com ligação ao Aeroporto e à Universidade do Algarve	46

Índice de figuras

Figura 1 – Linhas de Ação da Estratégia Algarve 2030.....	7
Figura 2 – Sistema urbano regional: Algarve 2030	8
Figura 3 - Taxa de desemprego por NUTS II.....	13
Figura 4 - Taxa de desemprego, por trimestre.....	13
Figura 5 - Algarve. Dormidas mensais nos estabelecimentos de alojamento turístico	14
Figura 6 - Dissolução de pessoas coletivas e equiparadas. Acumulado janeiro a junho, por ano.....	14
Figura 7 – Compromissos e focos do Plano de Ação Algarve 2030	15
Figura 8 – Plano de Ação Algarve 2030 por objetivos de política.....	16
Figura 9 – Matriz global de programação	17

Nota de Abertura

Tempos novos e desafiantes de uma pandemia global, de resistência, mas também de fadiga pandémica, em que o nosso vocabulário ficará inevitavelmente marcado pela palavra RESILIÊNCIA.

No desenvolvimento regional, poderemos subdividir a estrutura conceptual da resiliência, em quatro etapas sequenciais:

1. O risco dos atores regionais (empresas, instituições, trabalhadores e famílias) serem afetados por uma crise;
2. A capacidade desses atores para minimizarem o impacto da crise;
3. A capacidade dos atores para realizar os ajustes e a reorientação necessária, que perspetive a não repetição dessa crise no futuro;
4. O ritmo de recuperação que uma região demonstra pós choque (territórios e atores)

A resposta a estas quatro etapas depende da escala, natureza e duração da crise, dos seus impactos na economia, nas empresas, na sociedade.

A crise da Covid-19 sublinhou vulnerabilidades económicas regionais resultantes de uma forte especialização em torno do setor turístico e do adiar de uma estratégia integrada de qualificação dos recursos. Neste contexto, a região registou elevados níveis de desemprego, atingindo particularmente os mais jovens. Perante tal dimensão, revelou-se crucial a mobilização de meios do Orçamento de Estado e do Orçamento da Segurança Social por parte do Governo, o recurso a Fundos Europeus, os apoios diretos e indiretos concedidos pelos Municípios, a solidariedade e apoios do terceiro setor, dos vizinhos, das famílias.

Em setembro de 2020, o Conselho Regional da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve aprovou a Estratégia de Desenvolvimento Regional ALGARVE 2030, a qual assume com um redobrado impulso os desafios da sustentabilidade e da diversificação económica, designadamente na economia azul, na agricultura sustentável, nas energias renováveis, na biodiversidade, na transição digital e nas indústrias culturais criativas, bem como na saúde e longevidade, em linha com domínios mobilizados na Estratégia Regional de Especialização Inteligente (RIS3 Algarve).

A aprovação pelo Conselho Europeu de 21 de julho de 2020 de uma dotação suplementar de 300 milhões de euros, a afetar a objetivos de investimento no emprego e no crescimento, que acrescem à dotação do Programa Operacional Regional (POR), fruto da negociação, decisão e proposta do Governo Português no referido Conselho, constitui uma oportunidade de implementação da estratégia regional apostada na competitividade, coesão e resiliência do Algarve, com foco nas pessoas, nas suas qualificações, no emprego e na coesão social, mas também na qualificação do território, por forma a atrair e fixar recursos humanos, captar e gerar investimento diferenciador que potencie a sua qualidade de vida.

De igual forma, foco nas empresas, promovendo o aproveitamento de recursos endógenos com potenciação de bio economia sustentável e circular, da biodiversidade e dos serviços dos ecossistemas, bem como adaptação às alterações climáticas, apoiando investimentos que acelerem a transição digital e energética, e promovam a qualificação das áreas de acolhimento empresarial e demais condições de contexto. Foco no conhecimento, aqui destacando o papel estruturante da Universidade do Algarve, e o reforço da aposta na inovação e sua transferência para as empresas, orientada para o aproveitamento dos recursos diferenciados e com potencial de valorização de mercado, qualificando as iniciativas empreendedoras de suporte a novas economias locais.

O presente Plano de Ação aposta na diversificação territorial, privilegiando atuações no Interior da região, olhando para o Algarve com a ponderação da natureza dos vários “Algarves”, considera uma componente infraestrutural, determinante para a mudança do paradigma económico e funcional inerente às articulações intra regionais, que implicam esforços conjugados e comprometimento com desafios sociais promotores da descarbonização, combate às alterações climáticas e sustentabilidade da Região.

Em síntese, a Região pretende posicionar-se em novos domínios, especializando na economia da longevidade do bem-estar e da saúde, do turismo da natureza, da tecnologia e dos domínios criativos, sem esquecer o papel relevante da dieta mediterrânea e da fileira do agroalimentar, dos produtos da pesca e aquicultura. O Algarve quer valorizar o mar e a economia azul, com o reforço da capacidade tecnológica e organizativa, bem como nas agendas 2030 da energia renovável e da digitalização, tendo para tal de robustecer o seu ecossistema regional de inovação, integrando o território e a biodiversidade na diferenciação e competitividade da Região.

O presente Plano de Ação Diversificar Algarve 2030, enquanto instrumento focado na promoção da diversificação económica procura mobilizar, de forma coerente e racional, recursos financeiros para intervenções em atividades económicas que contribuam para uma especialização mais inteligente e resiliente. Uma resposta estruturada que passa também pela concretização das políticas de habitação previstas nas Estratégias Locais de Habitação, um novo sistema de mobilidade regional, privilegiando o transporte público, a intermodalidade e o recurso a novas fontes de energia.

A concretização bem-sucedida da heterogeneidade dos instrumentos e projetos estruturantes em presença requer, fundamentalmente, um forte Compromisso do "sistema de atores", designadamente de Autarcas, Empresas, Universidade, demais entidades de ensino superior e do sistema científico, Economia Social, Administração Pública, elos-chave na articulação de um conjunto exigente de instrumentos: conclusão da execução do CRESC Algarve 2020 até 2023, novo POR 2021-27, Plano de Recuperação e Resiliência, projetos com apoio de programas operacionais setoriais a executar na Região, todos instrumentos a executar num período de menos de uma década.

Aproveitar a oportunidade, assumir o compromisso, ambicionar ser mais, o ano todo, qualificando o território em linha com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas e apostando nas pessoas, nas suas qualificações, no conhecimento e na criatividade, nas empresas e no aumento da produtividade, eis o que a Região espera dos atores e decisores regionais e o que deve empreender neste novo e reforçado ciclo de programação para o horizonte 2030.

José Apolinário
Presidente da CCDR Algarve

Enquadramento estratégico

O Plano de Ação Diversificar Algarve 2030 visa enquadrar a resposta da região à decisão tomada na reunião extraordinária do Conselho Europeu, que decorreu em Bruxelas entre os dias 17 e 21 de julho de 2020. Nesta reunião decidiu-se a disponibilização de dotações adicionais no âmbito do objetivo de investimento no emprego e no crescimento, visando impulsionar a competitividade, o crescimento e a criação do emprego de determinados Estados Membros, entre os quais Portugal. Trata-se de uma **dotação suplementar de 300 milhões de euros a afetar à região do Algarve**, única região *em transição* do país, beneficiando assim do reforço orçamental, que acrescerá à dotação do Programa Operacional Regional (POR).

Por seu turno, a Estratégia de Desenvolvimento Regional Algarve 2030, aprovada na reunião do Conselho Regional realizada em 11 de setembro de 2020, sinalizou e destacou a imprevisibilidade dos impactos da pandemia e a necessidade e urgência de encontrar formas de financiamento complementares para acelerar a sua concretização.

A visão estratégica para o Algarve 2030 preconizava *“uma região reconhecida internacionalmente pela qualidade de vida e identidade, dotada de atores capacitados para fazer face aos novos desafios, por via de escolhas sustentáveis, conducentes a uma região +inteligente, +verde e hipocarbónica, + conectada, +social e +próxima das pessoas”*.

Este documento resultou de um racional de alinhamento com os Objetivos de Política da Coesão pós-2020 (*OP1 - Uma Europa mais inteligente; OP2 - uma Europa mais verde e hipocarbónica, OP3 - uma Europa mais conectada; OP4 - uma Europa mais social e OP5 - uma Europa mais próxima dos cidadãos*) e com as Agendas Temáticas do Portugal 2030, tendo presente a coerência das intervenções à luz das orientações do *Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território* (PNPOT) e a relação com os Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas. Trata-se de uma abordagem concertada, integrada e intersetorial, coordenada no quadro da missão e competências da CCDR Algarve, considerando os documentos produzidos pelos diferentes atores, num exercício de governança multinível, com leitura comum e partilhada, em que emerge a dimensão municipal por via da estreita articulação com a Comunidade Intermunicipal no Algarve (CIM-AMAL), igualmente assente num forte processo de participação pública.

Para a concretização da visão estabelecida, a Estratégia Algarve 2030 identificou um conjunto de linhas de força suportadas pelos Objetivos de Política (OP) e que sumariamente se especificam.

Figura 1 – Linhas de Ação da Estratégia Algarve 2030

Estratégia de Desenvolvimento Regional Algarve 2030 (aprovada pelo Conselho Regional a 11 de setembro de 2020)	
OP1 : Um Algarve mais inteligente	Consolidar o ecossistema de inovação como fator de competitividade Estimular a digitalização da economia em particular nos domínios de Especialização Inteligente (RIS3) Reforçar a colaboração entre os produtores de conhecimento e o tecido empresarial Acelerar a transição de processos de produção de bens e serviços, numa lógica mais circular Diversificar mercados para atenuar a dependência da balança comercial e turística Fomentar consumos locais através de parcerias entre os setores do turismo, da agricultura e Pesca
OP2 : Um Algarve mais verde e hipocarbónico	Promover a descarbonização e a transição energética (mobilidade, energias renováveis e eficiência energética) Aumentar a resiliência territorial, económica e social aos novos desafios climáticos Preservar os ecossistemas e os recursos naturais e fomentar a eficiência hídrica e a economia circular Ativar os territórios com proteção ambiental na afirmação da qualidade de vida e de um turismo com práticas mais sustentáveis Potenciar a mobilidade suave através da adaptação dos centros urbanos, com perfis mais inclusivos e seguros
OP3 : Um Algarve mais conectado	Promover a intermodalidade afirmando o potencial da região como eixo de articulação funcional Reforçar a capacidade liderante em redes internacionais de infraestruturas e conhecimento Aproveitar o reconhecimento da marca Algarve para potenciar a internacionalização de produtos e serviços
OP4: Um Algarve mais social	Inovar nas respostas e nos serviços de interesse geral para enfrentar os desafios demográficos numa região assimétrica Promover a inclusão, a literacia e a capacitação digital da população por forma a acelerar a transição digital da economia e a afirmação da região no quadro da sociedade do conhecimento Estruturar as redes de qualificação, públicas e privadas, de nível médio e superior, por forma a reforçar as sinergias e complementaridades e alimentar as necessidades emergentes nos domínios RIS3 Potenciar os fatores de atratividade de jovens e profissionais altamente qualificados, tendo em vista a reversão da tendência demográfica negativa e a melhoria dos fatores de competitividade regional Investir na qualidade do emprego, ajustando a uma região que promove padrões elevados de qualidade de vida
OP5 : Um Algarve mais próximo das pessoas	Consolidar o sistema urbano policêntrico para promoção da coesão territorial e inserção competitiva da região em escalas macro Valorizar e qualificar o território, as pessoas e os recursos endógenos para afirmar um desenvolvimento regional integrado Induzir práticas de inteligência territorial, através de escolhas mais eficientes, sustentáveis e promotoras de produção local de conhecimento Responder aos desafios sociais através de novas geografias, novos atores e novas abordagens de governança

Constatada a manutenção de desafios estruturais, estabeleceram-se outros novos, com o propósito de **acelerar a promoção da coesão territorial e social, a qualidade ambiental e a competitividade**, com vista a um desenvolvimento regional integrado. Assim, propôs-se um modelo territorial que suporte a inserção competitiva da região em escalas superiores, numa abordagem inovadora, que encare problemáticas a uma escala regional potenciando oportunidades de cooperação intermunicipal e concertação com as diversas entidades do Estado na Região, valorizando a localização privilegiada e afirmando-se como polo de articulação funcional entre o Mediterrâneo e o Atlântico.

À semelhança do resto do País, a população e as atividades económicas da região concentram-se maioritariamente no litoral e no setor terciário. Esta concentração é fortemente influenciada pelo grande volume de população flutuante gerado pelo turismo, acentuando a pressão sobre o território, sobre os recursos, as infraestruturas e os equipamentos. Serviços apresentam regionalmente uma expressão mais vincada, 86% do VAB e 79% do emprego, contra 76% e 68% no País.

Convém ainda realçar o elevado grau de especialização da economia regional, com apenas duas atividades, o alojamento e restauração e as atividades imobiliárias, a gerar 41% do VAB algarvio. Se por um lado a especialização exhibe benefícios por incorporação de *know-how* e economias de escala, por outro, como o passado demonstrou, abre espaço a potenciais efeitos de *lock-in* setorial, cuja existência induziu riscos socioeconómicos acrescidos e rigidez à inovação quando em ciclos económicos desfavoráveis.

Os dados preliminares do recenseamento geral da população de 2021 confirmam o reforço, ainda que ligeiro, do perfil de litoralização. As freguesias do litoral sul, que agregam 23% do território, acolhem 72,6% da população residente na região. A maior parte do território regional corresponde a áreas com características rurais e, na zona mais serrana, estão cada vez mais presentes as marcas da interioridade, especialmente em termos demográficos, nomeadamente baixa ou muito baixa densidade populacional e envelhecimento dos que aí residem. Consequentemente, a estrutura económica é frágil e os níveis de investimento e atratividade são baixos, situação que não é alheia à falta de serviços de interesse geral e de acesso a equipamentos coletivos. Embora uma ou outra freguesia de baixa densidade pareça estar a conseguir estancar, ou até mesmo a crescer ligeiramente em termos populacionais, o conjunto desta sub-região apresenta, cada vez mais, condições desfavoráveis em relação ao litoral.

A disparidade concelhia nos indicadores demográficos traduz a coexistência da mais elevada taxa bruta de mortalidade do País, em Alcoutim (42‰) e da mais elevada taxa bruta de natalidade, registada no concelho de Albufeira (11,8‰), obviamente com efeitos e necessidades diferenciadas no território, nomeadamente ao nível da cobertura e acessibilidade a respostas sociais, para uma população cada vez mais envelhecida.

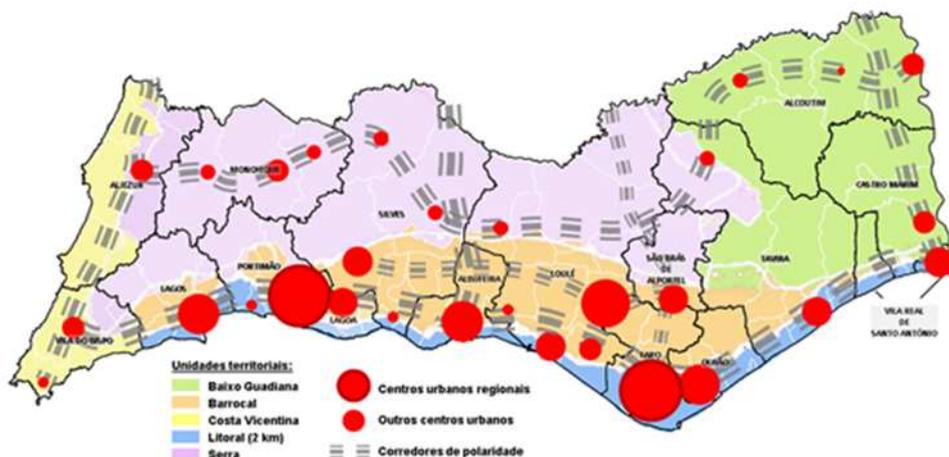
As diferenças intra e inter-regionais traduzem-se igualmente num conjunto de outras dimensões, nomeadamente no nível de rendimentos e no poder de compra das populações. O concelho de Alcoutim surge na lista dos 20 concelhos com menor poder de compra *per capita* do continente, enquanto Faro e Albufeira integram a lista dos 20 com maior poder de compra.

Com a alteração do PNPOT, destacou-se o papel dos serviços de interesse geral que ganharam relevância estratégica reforçada, sobretudo na forma como devem ajudar a desenhar o próprio modelo territorial, em resposta e convergência com os novos desafios que resultam das opções estratégicas apresentadas neste documento, conectados com a demografia, o clima e as soluções que as tecnologias poderão vir a providenciar, avaliados em eficácia, custo/benefício e equidade. Estes serviços afirmam-se como fatores intrínsecos de competitividade, juntamente com os recursos e os ativos locais, com as amenidades e espaços cuidados, com uma programação cultural diversificada e abrangente, contribuindo para atrair e fixar investimento, emprego e população.

Na organização territorial, defendem-se as cidades e as políticas urbanas como espaços concretos e densos de intervenção e inovação e de construção de novas trajetórias coletivas, devendo os territórios de baixa densidade assumir-se como espaço de equilíbrio e elemento charneira de uma organização mais coesa do território e dos seus sistemas produtivos, impondo-se uma interligação funcional que fomente novas oportunidades de desenvolvimento e promova maiores níveis de coesão. Para tal, a estabilização de um sistema urbano regional policêntrico exige que se reforcem subsistemas sustentados em mobilidades, interações e parcerias de base territorial - interurbanas e rurais - urbanas, devendo os mesmos garantir uma distribuição de serviços e uma oferta de equipamentos que promovam a diversificação e a complementaridade funcional e territorial.

A mobilidade, identificada como uma das problemáticas estruturais da região, carece da concretização efetiva de soluções integradas de transporte, para pessoas e mercadorias, promovendo a intermodalidade e contribuindo, simultaneamente, para a redução de emissões de CO².

Figura 2 – Sistema urbano regional: Algarve 2030



Conforme sinalizado na Estratégia Algarve 2030, a região encontra-se perante um enorme desafio: com escassez relativa de recursos humanos, em quantidade e qualidade, disponíveis para responder às necessidades dos setores de mão-de-obra intensiva que integram o atual padrão de especialização regional, com desequilíbrios assinaláveis ao nível da ocupação do território, conducentes a fenómenos de despovoamento e desertificação, e com dificuldades em captar ou reter novas competências e talentos para os setores emergentes, com maior intensidade tecnológica, torna-se cada vez mais premente e urgente o foco na diversificação da atividade económica.

O ajustamento das qualificações ao perfil económico e demográfico deve motivar o recurso a medidas ativas de emprego e aos incentivos à mobilidade geográfica para atrair profissionais para a região, mas também prover à atualização da oferta de qualificações, assente em competências (*hard* e *soft*), privilegiando percursos formativos que possam acelerar processos de intensificação da especialização inteligente, quer nos setores consolidados, quer nos emergentes e, ainda, contribuir para fomentar a escolarização, combater o ainda acentuado abandono escolar precoce (19,9% em 2019, que contrasta com 10,6% a nível nacional) e reforçar a participação na aprendizagem ao longo da vida.

Ao nível do emprego, pese embora o dinamismo do mercado de trabalho, os efeitos da sazonalidade e dos modelos de gestão da mão-de-obra dominantes continuam a constituir um entrave à melhoria da estabilidade, à valorização da qualificação e à valorização salarial, designadamente dos diplomados com um nível de ensino superior, refletindo uma situação de sobre qualificação do mercado de trabalho que regionalmente pressiona em baixa os salários, urgindo alinhar com valores nacionais. A tomada de medidas ativas de emprego deve, portanto, focar-se não apenas na diversificação da base económica, mas igualmente na produção de efeitos na melhoria da qualidade do emprego, valorização e reconhecimento social de carreiras fortemente conectadas com as especificidades da sazonalidade e territorialidade.

Também a Estratégia Regional de Investigação e Inovação para a Especialização Inteligente (RIS3 Algarve) deve apoiar escolhas promotoras da competitividade, quer nos domínios de especialização consolidados ou complementares, quer nos desafios societais que de forma transversal proporcionam oportunidades de afirmação e valorização dos recursos e profissionais da região. A presença dos atores regionais em redes de infraestruturas de ciência e tecnologia, com assinalável peso dos setores do Mar, Saúde e das Energias Renováveis, traduz um caminho de competitividade e reconhecimento, pelos pares, que deve ser continuamente incentivado, catalisando também a atração de novos talentos e de profissionais qualificados.

A Universidade do Algarve tem um papel crucial na animação do ecossistema de inovação, na capacitação e estímulo empreendedor do tecido económico da região, em particular nos domínios de especialização inteligente e na mudança de paradigma económico. Ao mesmo tempo que urge fomentar uma participação mais ativa dos atores regionais em *clusters* temáticos ou redes colaborativas. De igual forma, no reforço da inteligência territorial, a região deve procurar diversificar o perfil produtivo, contribuindo para atrair empresas e profissionais altamente qualificados, alavancando iniciativas como a plataforma RIA - Região Inteligente Algarve, o Pólo Tecnológico Algarve *Tech Hub*, os Polos de Inovação Digital (*Digital Innovation Hub*) dedicados ao Turismo, ao Mar e à Administração Pública, que integram atores regionais, ou o *Hub* Azul previsto no Plano de Recuperação e Resiliência.

Apesar do crescimento do número de empresas em setores de alta tecnologia, registam-se défices no contexto de inovação e de I&D, sobretudo ao nível da despesa e do pessoal ao serviço (dados infra), mas também no posicionamento da região, face ao país e à UE.

Refira-se, por exemplo, que a despesa de I&D em 2019, cerca de 41,3 milhões de euros, representou apenas de 0,41% do PIB regional, proporção muito inferior à observada no país (1,40%) e na UE28 (2,14%). Embora o setor empresarial regional tenha reforçado ligeiramente o investimento em I&D, considerando a sua proporção face ao PIB algarvio (0,11% em 2019), esta dinâmica está ainda distante do que se observa a nível nacional (0,74%), embora seja necessário ter presente as diferenças na estrutura económica e empresarial entre regiões.

No Algarve, a academia e os centros de investigação são, desde sempre, o motor impulsionador nesta matéria, representando 0,29% da despesa de I&D em percentagem do PIB (face a 0,60% ao nível nacional), sendo por isso essencial reforçar e acelerar a cooperação entre partes e a transferência de conhecimento, num misto integrador de investigação básica e investigação aplicada com foco nos resultados.

Partindo da projeção e aproveitando o reconhecimento da marca turística Algarve, importa internacionalizar para além do destino, reforçando as cadeias de valor dos produtos e serviços desenvolvidos na região, contribuindo para minorar

o défice da balança comercial de bens que evidencia uma forte dependência do mercado espanhol. Esta concentração coloca a região numa situação muito vulnerável a fenómenos externos, pelo que diversificar mercados e atenuar tal situação deverá constituir um desígnio estratégico num quadro mais alargado de conectividade empresarial, de produtores e produtos.

A digitalização transversal à globalidade dos setores de atividade, mas também a transição para uma economia circular, conduzem-nos a uma mudança de paradigma que pressupõe a necessidade de alterar modelos de produção e consumo, nomeadamente no que se refere à energia e à utilização de recursos e materiais, à própria intervenção no território e a ocupação e uso do solo, reforço das interligações entre setores e alterar opções e práticas associadas, nomeadamente, à floresta, agricultura, construção ou transportes e consolidar a capacidade de resposta a riscos e ameaças, em linha com a assunção de compromissos conducentes à neutralidade carbónica.

Num quadro acelerado de alterações climáticas é essencial reforçar a ação em termos de mitigação, mas é igualmente imperioso avançar-se para a implementação de medidas concretas de adaptação, com a consciência de que as mesmas não podem ser proteladas. Todo este processo implica uma corresponsabilização e uma abordagem obrigatoriamente transversal no que se refere aos agentes da mudança, às áreas a considerar e aos meios a mobilizar, com vista ao aumento da resiliência territorial, em linha com o Pacto Ecológico Europeu.

A disponibilidade hídrica que centra uma parte considerável da problemática, no acesso e na gestão sustentável do recurso água, reúne também oportunidades para, a partir da região, promover e atrair empresas e investimento inovador e demonstrador, coincidente com as especificidades e as atividades predominantes no território, procurando valorizar e densificar as cadeias de valor dos recursos e/ou produtos locais, através da incorporação de fatores de inovação que estimulem a promoção da eficiência na utilização da água.

Se as pessoas constituem o foco de toda a intervenção para a próxima década, que visa, acima de tudo, garantir a sua qualidade de vida, a competitividade, a sustentabilidade e a inteligência regional são vetores transversais da estratégia Algarve 2030, que engloba todas as dimensões da economia e da sociedade, pressupondo uma elevada qualidade do ambiente, da paisagem, das infraestruturas e dos equipamentos urbanos, mobilizando uma visão para um território com diferenças muito significativas a nível regional e que assume as comunidades, em toda a sua diversidade e riqueza, como o destino das políticas públicas.

Para os desígnios estratégicos identificados, foram estabelecidos investimentos prioritários que visam a competitividade e a diversificação, mais uma vez, num quadro de alinhamento com os Objetivos de Política, que traduzem iniciativas e/ou equipamentos de âmbito regional ou sub-regional que reforcem o papel do Algarve no contexto nacional e internacional:

OP1 - Um Algarve mais inteligente

- Agência Regional de Inovação - captação de investimento, talento e transferência de conhecimento
- Plataforma RIA: Região Inteligente Algarve - acelerador de ideias de negócio, *start-ups* na área tecnológica
- Algarve Acolhe - estruturação, dinamização e promoção das Áreas de Acolhimento Empresarial em linha com domínios de especialização da RIS3 Regional

OP2 - Um Algarve mais verde e hipocarbónico

- Disponibilidade hídrica - gestão eficiente do ciclo da água e desenvolvimento de novas soluções de concertação oferta e procura
- Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC) - concretização das ações de mitigação e adaptação às alterações climáticas adequadas ao território regional
- Estratégia Regional de Energia 2030 - operacionalização das ações conducentes à transição energética

OP3 - Um Algarve mais conectado

- Requalificação e ordenamento integrado da EN125
- Ligação ferroviária ligeira ao Aeroporto Internacional de Faro e desenvolvimento de estudo de ligação a Andaluzia

- Plataforma logística regional para articulação funcional entre o espaço Atlântico e Mediterrâneo

OP4 - Um Algarve mais social

- Hospital Central Universitário do Algarve
- Rede de Serviços de Interesse Geral – coesão social e territorial
- Programa regional de habitação - estruturação de oferta de habitação a custos controlados e habitação social
- Estruturação de rede de centros de formação e qualificação média e superior

OP5 - Um Algarve mais próximo das pessoas

- Regeneração urbana - centros urbanos, núcleos rurais e frentes marítimas, ribeirinhas e portuárias
- Amenidades territoriais qualificadoras - design inclusivo e mobilidade suave
- Valorização patrimonial - Sagres, lugar de globalização e Geoparque *Algarvensis*

A atualidade e pertinência das opções elencadas ganham agora uma nova dimensão e relevância estratégica, em resposta aos fortes impactos que a pandemia teve na região do Algarve, conforme atesta a análise das dinâmicas registadas do ponto de vista socioeconómico.

Algarve, os efeitos da crise

Depois de um ciclo de crescimento económico e de recuperação da crise anterior, o Algarve enfrenta novamente um período de desafios exigentes. As incertezas associadas à dimensão sanitária da pandemia e o forte condicionamento da mobilidade à escala global e, em particular, europeia, teve grande impacto nas regiões turísticas de todo o mundo, especialmente nas que apresentam uma economia pouco diversificada e altamente dependente da procura externa.

No caso do Algarve, apesar da evolução positiva que a região tem apresentado em diversas áreas ao longo das últimas décadas, este choque exógeno somou-se às fragilidades estruturais que permanecem e que não são expressas pela evolução favorável do PIB e do PIB *per capita*.

De facto, a região apresenta um elevado grau de especialização, baseada numa estrutura produtiva muito centrada no alojamento e restauração e nas atividades imobiliárias, que representam conjuntamente, conforme já referido, cerca de 41% do Valor Acrescentado Bruto (Contas Regionais, 2018) e que têm aumentado a sua preponderância.

Assinale-se que as atividades imobiliárias foram responsáveis por 39% da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) acumulada no período 2014-2018 (contra 22% dos setores do comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos, transportes e armazenagem e alojamento e restauração), influenciando, naturalmente, a taxa de investimento aparente. Esta taxa, que no período 1996-2008 apresentou valores entre 27,9% e 43,5%, é atualmente muito mais baixa (17,4%). Embora com evolução positiva nos anos mais recentes, apresenta-se abaixo da média nacional desde 2013 e a partir de 2016 passou a ser a mais baixa das regiões do continente.

A produtividade é habitualmente apontada como um dos problemas de fundo da economia portuguesa. A nível regional, considerando a produtividade aparente do trabalho, o Algarve apresenta já há alguns anos o segundo valor mais elevado do país, tendo alcançado 38,4 mil euros em 2019. Contudo, a leitura dos dados das Contas Regionais deve ter em conta diversas perspetivas e ser complementada com indicadores adicionais, de forma a favorecer uma interpretação mais próxima da realidade. Ao considerar as horas trabalhadas no cálculo da produtividade, o desempenho regional altera-se substancialmente, passando o Algarve a surgir na quinta posição (18,9 mil euros). Pelo menos desde 1995, a região apresenta um número de horas trabalhadas por pessoa empregada superior à média nacional e, nos anos mais recentes, superior ao de qualquer outra NUTS II.

A sazonalidade turística, ainda que progressivamente diluída na última década em resultado do desenvolvimento de novos produtos (golfe, náutica, turismo de natureza, entre outros) e da captação de novos segmentos de mercado, mas também o alargamento da oferta de viagens a baixo custo, constituíram fatores com forte influência na economia

regional geradores de novas soluções, mas também de pressões acrescidas sobre o território e os recursos. Este contexto aumenta a exigência sobre a estratégia e racionalidade do investimento público e encontra uma consciência pública crescente sobre a necessidade de preservação e salvaguarda bem como de ajustamento nas políticas e atuações, num quadro agravado pelos efeitos das alterações climáticas.

Acresce que os modos de gestão da mão-de-obra adotados nos setores mais expostos à sazonalidade tendem a valorizar menos as qualificações, dificultando a atração e fixação de quadros e, em determinados períodos, favorecendo até a saída de jovens adultos mais qualificados que procuram noutras regiões ou no estrangeiro um futuro mais promissor. Complementarmente a dificuldade de acesso à habitação na região, aponta para a necessidade de medidas de política mais robustas e ambiciosas do que apenas o incentivo à habitação, captando novos residentes.

Apesar do emprego não qualificado, em sentido estrito, ter diminuído na última década, o pessoal administrativo e os trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e do comércio representam 40% da população empregada, enquanto os especialistas das atividades intelectuais e científicas se ficam pelos 16,5% e os técnicos e profissões de nível intermédio não ultrapassam 8,5%. A remuneração média mensal de base da população empregada por conta de outrem é, desde 2012, a mais baixa das NUTS II do continente e, atualmente, 14% inferior à média nacional, sendo as empresas algarvias as que apresentam menores gastos com pessoal por pessoa empregada.

Estas especificidades regionais não podem ser dissociadas da procura de mão-de-obra intensiva durante a época alta e das características do setor empresarial: 49% das empresas e 55% do pessoal ao serviço concentram-se em três atividades (alojamento, restauração e similares, atividades administrativas e serviços de apoio e comércio); 71% são empresas individuais e 97% têm menos de 10 pessoas ao serviço, o que as torna tendencialmente menos resilientes. Acrescente-se que apenas 1% das empresas com sede na região operam em setores de alta e média alta tecnologia.

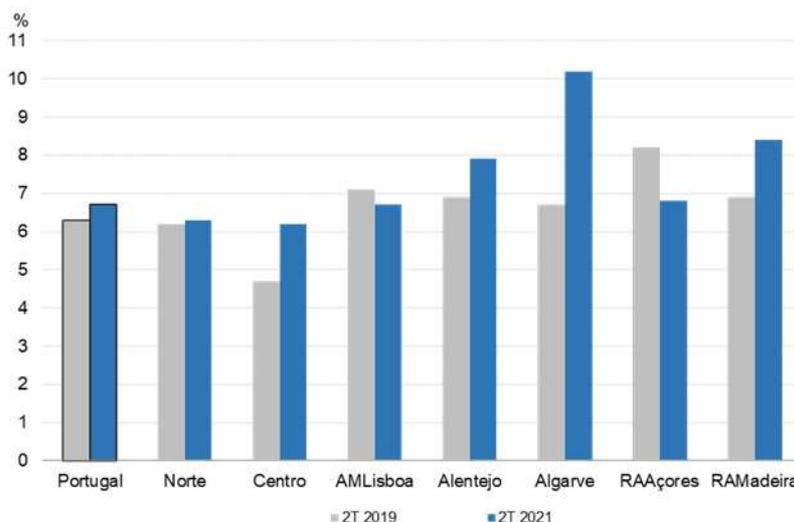
Este cenário obriga a um reforço das políticas públicas em termos de formação e capacitação dos recursos humanos, diversificação e qualificação empresarial e incentivo à cooperação empresarial e inovação. Assinale-se que, apesar da ligeira evolução positiva de proporção de investimento em I&D no setor, a região continua com um desempenho bastante inferior ao da maioria das restantes NUTS II, o mesmo se podendo referir em relação à inovação.

Este conjunto não exaustivo de características marcantes da região algarvia soma-se à forma mais intensa como a região reage aos ciclos económicos. De acordo com as estimativas do INE recentemente revistas, a economia portuguesa terá contraído 8,4% em 2020. Este novo valor decorre da contração, mais vincada do que anteriormente previsto, do alojamento e restauração e dos transportes e armazenagem. A taxa de variação do PIB no Algarve alcançará, sem dúvida, os dois dígitos, sendo previsível que a diferença face ao resultado nacional se acentue mais do que em períodos de crise anteriores.

Apesar dos impactos sociais e económicos da pandemia não serem ainda visíveis em toda a sua extensão e profundidade, é possível ter noção dos efeitos diretos, mais ou menos imediatos, em diversas áreas, sempre mais acentuados do que no país.

Os dados relativos ao 2º trimestre de 2021 indicam que existem agora menos 11,8 mil pessoas empregadas do que em idêntico período de 2019, traduzindo um decréscimo de 6%. Esta variação é a mais negativa das NUTS II e contraria a dinâmica positiva que já se observa no país (+0,8%). Em consequência, a taxa de emprego (54,7%) baixou para valor inferior à média nacional (55,3%), tendo diminuído 2,9 pontos percentuais face ao 2º trimestre do ano pré-pandemia, quando era a mais elevada do país.

Figura 3 - Taxa de desemprego por NUTS II. Fonte: INE

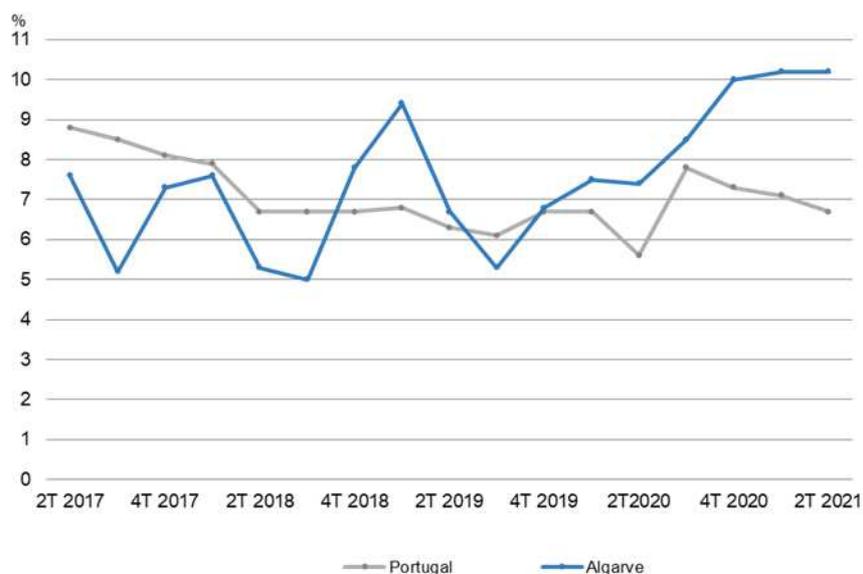


A contração do mercado de trabalho teve efeitos relativos mais vincados entre os indivíduos do grupo etário dos 25-34 anos e entre as pessoas com o 3º ciclo do ensino básico, seguindo-se as que detêm o secundário ou pós-secundário.

A população desempregada, cerca de 22,5 mil pessoas, aumentou 46% em relação ao 2º trimestre de 2019, quase o dobro do registado na região com a segunda maior subida e significativamente acima do crescimento observado no país (5,2%). A taxa de desemprego alcançou 10,2%, mais 3,3 pontos percentuais do que em idêntico trimestre de 2019.

Esta evolução no mercado laboral ocorre num contexto marcado pelos auxílios às empresas e à manutenção do emprego e coincide com período de alguma reabertura da economia, mas deve ter-se presente que a atividade sazonal da região implicará um novo agravamento na época baixa, como é habitual. Por outro lado, há que considerar que um número indeterminado de indivíduos, nomeadamente imigrantes, possa ter deixado a região e regressado ao seu país de origem ou se tenha deslocado para regiões com maior procura de mão de obra.

Figura 4 - Taxa de desemprego, por trimestre. Fonte: INE

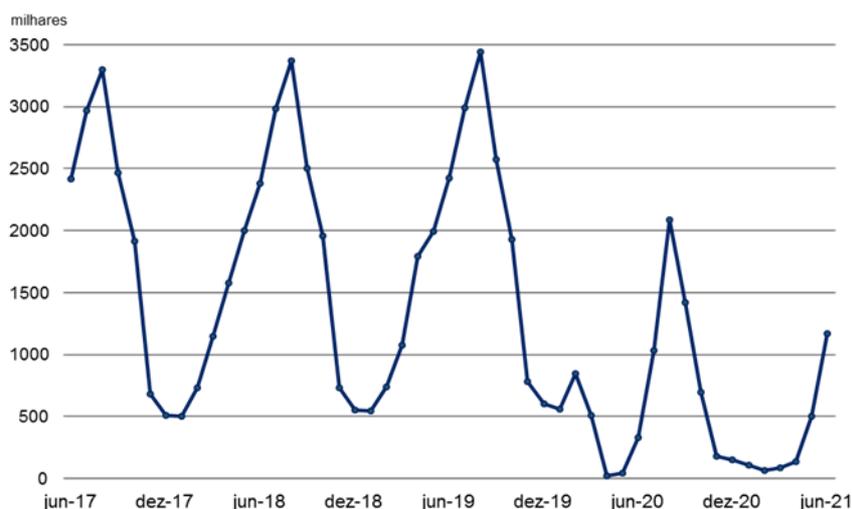


O levantamento progressivo das restrições, nomeadamente no que se refere à circulação de pessoas, teve efeitos a diferentes níveis, mas a retoma está ainda distante dos valores registados em anos pré-pandemia.

No Aeroporto Internacional de Faro, as aeronaves aterradas entre janeiro e junho de 2021 corresponde apenas a 28% do que se registou nos primeiros seis meses de 2019 e o número de passageiros desembarcados decresceu 85%.

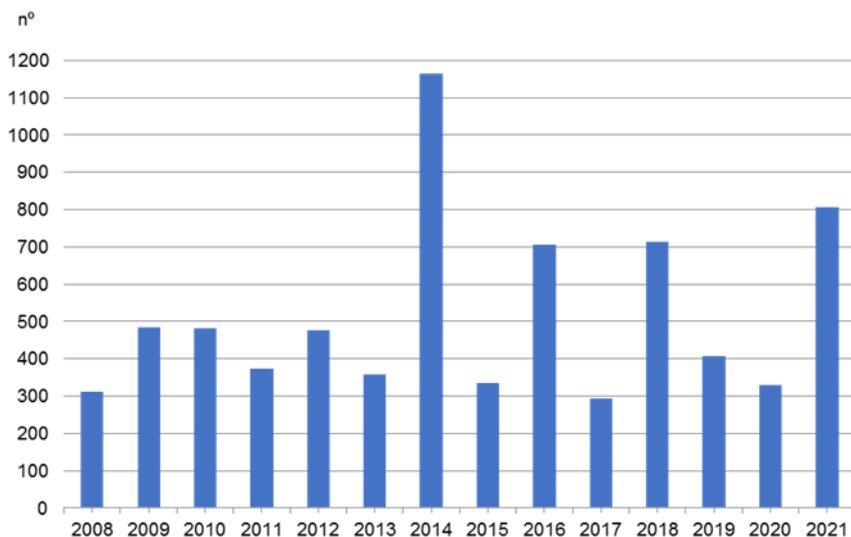
As dormidas no alojamento turístico da região, cerca de 2.072 mil nos primeiros seis meses de 2021, apresentaram uma forte quebra (-76%) em relação ao mesmo período de 2019, ligeiramente acima do que se registou no país (-73%). Os proveitos totais dos alojamentos turísticos da região ficaram-se pelos 129 milhões de euros, menos 302 milhões do que nos primeiros seis meses de 2019, representando um decréscimo de 70%, inferior à média nacional (-74,3%).

Figura 5 - Algarve. Dormidas mensais nos estabelecimentos de alojamento turístico. Fonte: INE



Os efeitos da crise no endividamento das famílias e das empresas não é ainda muito claro, mas o setor empresarial já começou a evidenciar sinais, considerando a evolução recente das dissoluções. De facto, entre janeiro e junho o número de dissoluções (807) mais do que duplicou em comparação com idêntico período de 2019. O aumento registado no Algarve (124%) foi, a par da região metropolitana de Lisboa, com valor muito semelhante, o mais elevado do país, onde o crescimento atingiu cerca de 79%. Na região, 62% das dissoluções ocorridas este ano verificaram-se no comércio, alojamento, restauração e similares e na construção.

Figura 6 - Algarve. Dissolução de pessoas coletivas e equiparadas. Acumulado janeiro a junho, por ano. Fonte: INE



Partindo do enquadramento estratégico e do contexto regional, o presente Plano de Ação Algarve 2030 consubstancia a componente de diversificação da base económica preconizada na estratégia regional, acelerada pelo reforço orçamental extraordinário do Programa Operacional do Algarve para o horizonte 2030, em resposta ao contexto pandémico provocado pela COVID-19, visando assim impulsionar a competitividade, o crescimento e a criação do emprego.

Plano de Ação – Objetivos Gerais

Com o intuito de **minimizar os fortes impactos económicos e sociais sentidos na região algarvia**, motivados pela crise pandémica da COVID-19, o grande objetivo do Plano de Ação Algarve 2030 é acelerar o processo de **diversificação da base económica, robustecendo os atores e ativos regionais, tornando-os mais resilientes e aptos** para responder a choques externos. Para tal, aprofunda-se o desenvolvimento dos setores mobilizados na RIS3 Algarve, com prevalência para o Mar e Recursos Endógenos; Eficiência Energética e Energias Renováveis; Saúde, Bem-estar e Longevidade; Agroalimentar e Biotecnologia; TIC e Indústrias Culturais e Criativas. Esta aposta permitirá, igualmente, contribuir para uma maior convergência em termos nacionais, potenciando a correção de desequilíbrios crónicos evidenciados por um perfil de especialização assente num grupo restrito de atividades dos serviços e em particular no turismo, um dos setores mais afetados pela pandemia.

De forma transversal, o Plano de Ação Algarve 2030 assume dois compromissos estruturantes: **sustentabilidade e competitividade**. Estes compromissos encontram-se, de forma permanente, no racional estratégico alocado a cada um dos domínios e eixos de intervenção mobilizados, ambos balizados pelos Objetivos de Política da Comissão Europeia. Esta abordagem privilegia igualmente medidas com largo espetro de atuação e com alcance regional, permitindo uma distribuição equilibrada dos recursos e indutora dos processos de **coesão social, económica e territorial**.

De igual forma, quer por inerência dos objetivos, quer pela natureza dos destinatários, o Plano de Ação Algarve 2030 identifica três focos primordiais para a sua atuação, que sendo complementares, visam cobrir ativos e atores fundamentais para concretizar a sua missão: **as pessoas, as empresas e o território**.

Figura 7 - Compromissos e focos do Plano de Ação Algarve 2030



As pessoas, foco de todo o exercício de planeamento, encontram-se de forma direta e indireta, no centro do presente Plano de Ação, seja por via das intervenções afetas à formação e reconversão profissional ou pelo usufruto das

iniciativas enquadradas nas áreas de intervenção, que visam não só a requalificação do espaço público urbano, como também a valorização do património natural a reforçar num contexto pós pandémico, procurando a melhoria da qualidade de vida em geral.

As empresas, quer pela melhoria das condições de contexto, materiais e imateriais, quer pela profusão de iniciativas de capacitação, aceleração e reforço das cadeias de valor, encontram neste Plano de Ação, uma oportunidade para de forma distinta e próxima, alavancar investimentos determinantes, promotores de inovação e da inclusão de conhecimento gerado localmente.

Por fim, o território, suporte das dinâmicas e atividades económicas, afirma-se, por si, como ativo fundamental para a competitividade regional, reunindo características ímpares, que valorizadas e requalificadas, poderão acelerar processos transformadores que gerem amenidades indutoras de novas procuras e a atração e fixação de investimento e de profissionais qualificados, bem como de novos residentes nos espaços sócio económicos mais desfavorecidos.

Dada a natureza e objetivos deste instrumento, centralizou-se na dimensão Diversificação da base económica o esforço concertado de atuação, em prol da maximização dos efeitos e impactos esperados. Neste exercício prevalece a **forte interdependência com a Estratégia Regional de Investigação e Inovação para a Especialização Inteligente (RIS3 Algarve)**, cujos domínios de especialização concentram linhas de ação e atividades prioritárias que corroboram os objetivos do Plano de Ação, promovendo o conceito da variedade relacionada e o fomento dos processos de descoberta empreendedora, envolvendo os atores da hélice quádrupla regional e a concretização de projetos estruturantes delineados no seio do Conselho de Inovação Regional do Algarve (CIRA).

O **quadro financeiro** que congrega a distribuição indicativa de 300 milhões de euros aponta a prevalência da dotação na esfera do Objetivos de Política 1, em linha com os objetivos gerais do reforço orçamental registado, seguindo-se o peso muito significativo do Objetivo de Política 2, em linha com desígnios europeus mobilizados nos já explanados compromissos com a competitividade e sustentabilidade no processo de desenvolvimento regional.

Figura 8 - Plano de Ação Algarve 2030 por objetivos de política



O quadro financeiro proposto assenta numa lógica de **complementaridade e articulação** com os restantes instrumentos de financiamento, nomeadamente os fundos inscritos no Quadro Financeiro plurianual 2021-2027, com especial destaque para os Fundos da Política de Coesão, que também integra, através do Acordo de Parceria 2021-2027, além de outros programas de financiamento europeus da esfera da cooperação territorial ou de gestão centralizada, a que acrescerão naturalmente os exercícios orçamentais nacionais e os investimentos estruturantes de cariz privado, com incidência regional. A referida complementaridade visa acelerar a recuperação económica a longo prazo, atenuando

impactos e robustecendo a atividade empresarial, a dinâmica de emprego, o reforço de respostas inerentes aos desafios sociais de âmbito regional, nomeadamente nas dimensões ambientais/ação climática, digitais e sociais.

Para que a abordagem delineada neste Plano de Ação seja verdadeiramente eficaz é necessário que a revisão do Mapa dos Auxílios com Finalidade Regional seja feita em consonância com a decisão do Conselho Europeu de 17 a 21 de julho de 2020 que, ao reconhecer o impacto particularmente aguda da crise pandémica no Algarve, aprovou para a Região uma dotação adicional de 300 milhões de euros. Se não for reconhecida esta excecionalidade, as empresas terão grandes dificuldades em aceder a estes auxílios adicionais, e a contribuir para o investimento e o emprego regionais, em linha com os objetivos definidos naquela decisão do Conselho Europeu.

Por forma a compatibilizar o presente Plano de Ação com o POR Algarve 2030, cuja redação está em curso, optou-se por estruturar a informação com a mesma taxonomia, privilegiando o alinhamento com os Objetivos de Política e enquadrando os domínios de intervenção ao nível das prioridades específicas.

Com os eixos delineados ambiciona-se contribuir diretamente para a consolidação do **ecossistema de inovação** regional, para a melhoria das condições de contexto para **atração e fixação de investimento e emprego**, para a **valorização dos ativos territoriais e ambientais**, para a **melhoria da conectividade e articulação modal e transfronteiriça**, beneficiando transversalmente a promoção da **qualidade vida das comunidades**. Os projetos a apoiar posicionam-se de forma transversal, contemplando dimensões associadas ao conhecimento, à capacitação de atores, à promoção do empreendedorismo e da empregabilidade, bem como da qualificação de ativos (territoriais e recursos humanos), ou do reforço da rede de infraestruturas e equipamentos conducentes à concretização do objetivo global do presente Plano de Ação, a diversificação da base produtiva regional aliada à especialização e espacialização inteligente dos investimentos.

Figura 9 – Matriz global de programação

Unid.: Milhões de euros

Áreas de Intervenção	Objetivos Específicos	OP1	OP2	OP4		OP5	TOTAL
		FEDER	FEDER	FEDER	FSE	FEDER	
Diversificação da base económica e competitividade setorial		135	17,2	19	18	7	168,2
1 – Saúde, longevidade e bem-estar	1.1, 1.3, 1.4 4.5	30		10			40
2 – Mar e Agroalimentar - Promoção de cadeias de valor	1.1, 1.3, 1.4	35					35
3 – Região Inteligente Algarve - Digitalização da economia	1.1, 1.2, 1.3, 1.4, 1.5	20					20
4 – Indústrias Culturais e Criativas	1.1, 1.2, 1.3, 1.4 5.1, 5.2	5				5	10
5 – Energias Renováveis	1.1, 1.2, 1.3, 1.4	20					20
6 – Economia circular – Empresas	1.1, 1.2, 1.3, 1.4, 1.5 2.4, 2.5, 2.6	5	10				15
7 - Infraestruturas de apoio à competitividade	1.3, 1.4 2.1, 2.2 5.2	20	7,2			2	29,2
8 - Qualificação e emprego em novas fileiras de especialização	4.2 4a, 4f			9	18		27
Diversificação territorial e valorização sustentável dos recursos		15	12,8	0		10	37,8
9 – Património natural, conservação da natureza e biodiversidade - baixa densidade	2.4, 2.7		8				8
10 – Valorização dos ativos territoriais - baixa densidade	1.5 2.1, 2.2, 2.7, 2.8 5.2	15	4,8			10	29,8
Infraestruturas de suporte à diversificação - reforço da conectividade multi modal		0	66	0		0	66
11 - Metro ligeiro de superfície Algarve Central (Faro-Olhão-Loulé) com ligação ao Aeroporto e à Universidade do Algarve	2.8		66				66
TOTAL PLANO DE AÇÃO		150	96	19	18	17	300

Estruturados em torno de um único desígnio: diversificação da base económica regional, resulta um conjunto de investimentos agregadores, com maturidade e potencial de transformação, organizados em 3 blocos de base setorial, territorial ou infraestrutural e **11 áreas de intervenção** através dos quais se pretende alcançar as seguintes realizações e resultados:

- Aumentar o peso no VAB Regional dos serviços associados à saúde e bem-estar, ao agroalimentar, ao mar, às energias renováveis, às TIC e ICC, através do apoio à inovação e à identificação de novos usos para produtos endógenos, bem como do estímulo à criação e participação em redes e fileiras que proporcionem a consolidação de **valorização de cadeias de valor** nos setores da RIS3 regional.
- Acelerar a **transição digital** da região, envolvendo "redes integradas de cooperação territorial" (Municípios, Universidades, Centros I&D, Empresas, Sociedade Civil), quer na estruturação das ações e apoios ao investimento empresarial, potenciadas pela melhoria da conectividade (5G) nas áreas de acolhimento empresarial (AAE) e nos territórios do interior e de baixa densidade.
- Dotar as instituições de ensino superior de capacidade acrescida para alimentar **novas fileiras de qualificação** nas áreas de diversificação da atividade económica, através de investimentos em laboratórios, oficinas e equipamentos didáticos nas referidas áreas, criando assim condições para o reforço do peso da **oferta de qualificações**, de nível médio e superior, em áreas STEAM (*Science, Technology, Engineering, Arts and Mathematics*) alinhadas com os domínios da RIS3 Algarve, bem como do número de diplomados nessas áreas. Prevê-se a criação de 6 novos espaços devidamente equipados para práticas formativas de nível superior, que possibilitarão a abertura anual de 10 cursos técnicos superiores profissionais nas referidas áreas, absorvendo, pelo menos, 200 novos alunos/ano.
- Aumentar o número de jovens a frequentar o ensino superior e promover o sucesso/conclusão deste nível de ensino por forma a garantir uma percentagem de 60 % dos jovens com 20 anos a frequentar o ensino superior, com foco nas competências alinhadas com as novas especializações económicas.
- Aumentar a **exportação dos serviços de saúde** e a inserção do setor no quadro da estratégia regional, quer através do apoio a projetos de investigação científica e desenvolvimento tecnológico, centrados no desenvolvimento de atividades de investigação que respondam aos desafios do envelhecimento ativo, quer através do estímulo ao investimento empresarial, também na área da saúde, longevidade e envelhecimento ativo, quer pelo reforço da capacidade de I&D associado ao Centro de Simulação Clínica, quer pelo apetrechamento do SNS com equipamentos que permitam garantir a igualdade no acesso e a resiliência da prestação dos cuidados de saúde.
- Incentivar a valorização dos ativos dos territórios mais desfavorecidos de Baixa Densidade, assente em fortes padrões de sustentabilidade, beneficiando da diversidade do património natural e da riqueza da biodiversidade.
- Contribuir para a redução das emissões de GEE em 55% até 2030, de acordo com o Plano Nacional Energia e Clima 2021-2030 (PNEC 2030) e o Roteiro para a Neutralidade Carbónica, estimulando a **descarbonização da região** alinhada com a estratégia europeia, promovendo a eficiência energética nos diversos setores e promovendo formas de mobilidade de pessoas (ferrovia tradicional e ligeira) e mercadorias (ferrovia,) mais amigos do ambiente.

• PLANO DE AÇÃO •

Áreas de Intervenção

1. Saúde, longevidade e bem-estar

OP1 Dotação: 30 M€ | OP4 Dotação: 10 M€ | PO Algarve - Diversificação

Enquadramento

Embora o impacto económico da pandemia no Algarve tenha sido, devido à sua especialização no setor do turismo, largamente superior ao da média nacional, a resposta sanitária esteve em linha com o resto do país, o que indicia que se revelou adequada a valorização do setor da saúde no âmbito da RIS3 Algarve. Mas a região enfrenta desafios estruturais a médio prazo, nomeadamente os decorrentes de uma estrutura demográfica cada vez mais envelhecida que exige novos modelos integrados de prestação de cuidados, capazes de responder aos diferentes públicos (utentes, profissionais de saúde, empresas) e contextos territoriais (urbanos e rurais).

Por outro lado, tem vindo a desenvolver-se na região uma oferta diversificada que, sendo inicialmente um mero complemento à oferta turística tradicional, ganha valor próprio no âmbito da economia da longevidade e abrange vários subprodutos: talassoterapia, termalismo, SPA, turismo médico e estético, climatismo, estadias de saúde e bem-estar, residências assistidas com apoio médico, que têm gerado impactos positivos na prestação de cuidados à comunidade. Toda esta oferta, que na Região ainda não se encontra devidamente estruturada, tem um elevado potencial de crescimento e diferenciação.

Neste contexto, o conhecimento gerado no âmbito da Faculdade de Medicina e Ciências Biomédicas e a sua transferência para o tecido empresarial, designadamente por via do Algarve *Biomedical Center* (ABC), a par do desenvolvimento dos serviços de saúde na Região, nomeadamente de um Centro Oncológico de Referência do Sul da responsabilidade do Centro Hospitalar Universitário do Algarve, com a possibilidade de estruturação de um Parque empresarial da Saúde, poderá dar um contributo relevante para a concretização de um duplo objetivo: **a promoção da longevidade e envelhecimento ativo da população, fomentado simultaneamente a diversificação e qualificação da base económica regional, criando empregos qualificados e reforçando a capacidade exportadora, pela prestação de serviços de saúde a não-residentes.**

Genericamente, será dada uma atenção particular à **atração de empresas da saúde, da engenharia/tecnologia e da computação, interessadas em desenvolver produtos e serviços potenciadoras da denominada economia grisalha** (e.g. telemedicina, saúde digital, I&D que retarde a institucionalização). Será assim **apoiado o investimento em instalações, infraestruturas e equipamentos vocacionados para o desenvolvimento de serviços de saúde, incluindo os de proximidade, em particular os adequados a uma população mais idosa** (e.g. soluções de monitorização, presenciais e à distância, de utentes mais dependentes com vista à redução da necessidade de internamento.)

Complementarmente, a qualificação dos recursos humanos será assegurada através da Escola Superior de Saúde, de cursos técnicos superiores profissionais (CTeSP), designadamente nas áreas da saúde e bem-estar (por exemplo emergência médica e técnicos de apoio a residências), além da restante oferta formativa de nível secundário a contemplar no âmbito do Programa Operacional Regional 2021-2027.

A articulação entre instrumentos de políticas poderá implicar a mobilização de diferentes objetivos específicos (englobando, por exemplo, ações na área da ciência, valorização e transferência de tecnologia e outras ou, ainda, de investimento em inovação empresarial ou direcionada para instituições de ensino superior). Pretende-se por esta via incrementar os **processos de descoberta empreendedora** em torno dos domínios de especialização inteligente mobilizados na RIS3 Regional, nomeadamente na saúde, bem-estar e ciências da vida, em particular no conhecimento sobre a longevidade.

Tipologias de operações a apoiar

OP1:

- Apoio a investimento empresarial, nomeadamente pela criação de Sistema de Incentivos de base regional, alinhado com RIS3 Algarve, que contribua para a diversificação da base produtiva por via de processos de descoberta empreendedora;
- Apoio a ações coletivas para estruturação do projeto integrado e dinamização de iniciativas de interação, de transferência de conhecimento e de descoberta empreendedora;
- Apoio a ações coletivas para atração de empresas da área da engenharia/tecnologia e da computação para o Polo tecnológico – Centro de Simulação Clínica;
- Apoio a projetos de investigação científica e desenvolvimento tecnológico, centrados no desenvolvimento de atividades de investigação que respondam aos desafios lançados nos grupos de trabalho criados no âmbito do Conselho de Inovação Regional do Algarve (CIRA);
- Apoio a projetos de investigação científica e desenvolvimento tecnológico (preferencialmente projetos em co-promoção Universidade/empresas);
- Criação e dinamização de núcleos de I&I nas empresas ou em co-promoção (Colab/empresas);
- Projetos de internacionalização.

OP4:

- Infraestruturas e equipamentos vocacionados para o desenvolvimento de serviços hospitalares e de cuidados continuados adequados à melhoria do acesso, às características da população mais idosa e à capacitação dos profissionais para esse efeito, envolvendo adaptação de instalações, modernização de equipamentos e soluções de monitorização, presenciais e à distância, de utentes mais dependentes, com vista à redução da necessidade de internamento, e assim melhorar a igualdade no acesso e a resiliência da prestação dos cuidados do sistema de saúde. Neste particular, prevê-se a construção e equipamento do Centro Oncológico de Referência do Sul, da responsabilidade do CHUA, previsto instalar no Parque das Cidades, onde também já se situa o Laboratório Regional de Saúde Pública Laura Ayres.

Beneficiários

OP1:

Empresas, entidades sistema científico regional, infraestruturas de investigação inseridas no roteiro nacional de infraestruturas de investigação de interesse estratégico, Colab – laboratórios colaborativos, Infraestruturas tecnológicas, associações empresariais, entidades públicas e privadas com competências na área da saúde.

OP4:

Entidades públicas e privadas com competências na área da saúde

Objetivos específicos

OP1:

- 1.1. Reforçar as capacidades de investigação e inovação e a adoção de tecnologias avançadas
- 1.3 Reforçar o crescimento e a competitividade das PME e a criação de emprego nas PME
- 1.4 Desenvolver competências para a especialização inteligente, a transição industrial e o empreendedorismo

OP4:

4.5 Garantir a igualdade de acesso aos cuidados de saúde, fomentar a resiliência dos sistemas de saúde, inclusive dos cuidados de saúde primários, e promover a transição dos cuidados institucionais para os cuidados centrados na família e de proximidade (Infraestruturas e Equipamentos. Hospitalares)

Domínios de intervenção

OP1:

- 004-Ativos fixos em públicos investigação e inovação
- 008-Ativos intangíveis em públicos investigação e inovação
- 009-Atividades de investigação em micro investigação e inovação
- 010-Atividades de investigação em PME investigação e inovação
- 011-Atividades de investigação em grandes investigação e inovação
- 012-Atividades de investigação em públicos investigação e inovação
- 020-Infraestruturas empresariais para PME (incluindo zonas e parques)
- 021-Desenvolvimento empresarial e internacionalização das PME, incluído investimento produtivo
- 023-Desenvolvimento de competências para a especialização inteligente, a transição industrial, o empreendedorismo e a capacidade de adaptação à mudança
- 025-Incubação, apoio a novas empresas
- 026-Apoio a polos de inovação (clusters)

OP4:

- 128 – Infraestruturas da saúde
- 129 - Equipamentos de saúde

Documentos de referência

Algarve 2030 - Estratégia de Desenvolvimento Regional, Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável 2017-2025, Plano Nacional de Saúde (Revisão e Extensão a 2020), Estratégia Nacional para a Qualidade na Saúde (2015-2020), Plano Estratégico (ARS Algarve)

2. Mar e Agroalimentar - Promoção de cadeias de valor

OP1 Dotação: 35 M€ | PO Algarve - Diversificação

Enquadramento

Os desenvolvimentos observados em torno da valorização dos recursos endógenos, em vários setores, mas em particular no segmento alimentar associado ao mar e ao agroalimentar, são a testemunha da dinâmica empresarial na resposta a novas tendências do mercado. Estes desenvolvimentos, contribuindo para a diversificação da base económica da região, serão apoiados no quadro do presente Plano de Ação, por forma a:

- **Promover as parcerias e os processos de descoberta empreendedora no âmbito da RIS3 Regional e ações de clusterização na fileira alimentar**, na indústria farmacêutica/cosmética e outras.
- **Impulsionar as interconexões e a incorporação de valor nas fileiras agroalimentares que demonstraram potencial de crescimento** (e.g. alfarroba, citrinos, produtos da apicultura, pequenos frutos de baga, subtropicais, batata-doce, vinho, figo, plantas e flores, cannabis medicinal), mar e biotecnologia azul.
- **Promover o surgimento e a valorização de novos produtos do mar** (e.g. algas, halófitas e novas espécies de invertebrados) e **aprofundar a valorização dos produtos do setor agrícola** (e.g. batata-doce, citrinos, alfarroba, aromáticas) que deve continuar a ser trabalhada para responder às novas procuras de mercado, tanto a nacional como internacional.
- **Promover a criação de unidades industriais ligadas à transformação dos produtos agrícolas e da floresta e novos produtos e serviços de elevado valor acrescentado no âmbito da biotecnologia azul.**
- Apoiar a inovação e a **descarbonização da indústria de reparação e construção naval.**
- **Desenvolver as cadeias curtas e apoiar as redes de produtores locais em articulação com outros setores.**

Em todos os apoios a conceder será dada uma atenção particular aos princípios da sustentabilidade na utilização dos recursos e de promoção de uma economia circular.

A qualificação dos recursos humanos será assegurada através de cursos técnicos superiores profissionais (CTeSP), designadamente por impulso do Instituto Superior de Engenharia, designadamente nas áreas STEAM, relacionadas com as agroindústrias e as atividades marítimas, além da restante oferta formativa a contemplar no âmbito do Programa Operacional Regional 2021-2027.

A articulação entre instrumentos de políticas poderá implicar a mobilização de diferentes objetivos específicos (englobando, por exemplo, ações na área da ciência, valorização e transferência de tecnologia e outras ou, ainda, de investimento em inovação empresarial). Pretende-se por esta via incrementar os **processos de descoberta empreendedora** em torno dos domínios de especialização inteligente mobilizados na RIS3 Regional, valorizando e dando especial enfoque aos produtos da dieta mediterrânica.

Tipologias de operações a apoiar

OP1:

- Apoio a investimento empresarial, nomeadamente pela criação de Sistema de Incentivos de base regional, alinhado com RIS3 Algarve, que contribua para a diversificação da base produtiva por via de processos de descoberta empreendedora;
- Apoio a ações coletivas para estruturação de projetos integrados e dinamização de iniciativas de interação, de transferência de conhecimento e de descoberta empreendedora;
- Apoio a projetos de investigação científica e desenvolvimento tecnológico, nomeadamente através da dinamização de linhas de investigação e desenvolvimento de novos usos para produtos ou subprodutos endógenos;
- Apoio a projetos de investigação científica e desenvolvimento tecnológico (preferencialmente projetos em co-promoção Universidade/empresas);
- Criação e dinamização de núcleos de I&I nas empresas;

- Fomento de projetos semente e *spin-off* com vista à transformação de ideias inovadoras em iniciativas empresariais (tipo vale incubação);
- Apoio à compra de serviços em I&D com base em instrumentos simplificados (Vales/Vouchers);
- Promover a incubação tecnológica e o empreendedorismo qualificado;
- Projetos de internacionalização (individuais /conjuntos).

Beneficiários

Empresas, entidades sistema científico regional, Co-Lab, infraestruturas tecnológicas, associações empresariais.

Tipologias de operações a não apoiar

- Operações em que haja recurso a embalagens de plástico ou alumínio de utilização única ou embalagens não recicláveis.

Objetivos específicos

OP1:

1.1. Reforçar as capacidades de investigação e inovação e a adoção de tecnologias avançadas

1.3 Reforçar o crescimento e a competitividade das PME e a criação de emprego nas PME

1.4 Desenvolver competências para a especialização inteligente, a transição industrial e o empreendedorismo

Domínios de intervenção

OP1:

- 004-Ativos fixos em públicos investigação e inovação
- 008-Ativos intangíveis em públicos investigação e inovação
- 009-Atividades de investigação em micro investigação e inovação
- 010-Atividades de investigação em PME investigação e inovação
- 011-Atividades de investigação em grandes investigação e inovação
- 012-Atividades de investigação em públicos investigação e inovação
- 020-Infraestruturas empresariais para PME (incluindo zonas e parques)
- 021-Desenvolvimento empresarial e internacionalização das PME, incluído investimento produtivo
- 023-Desenvolvimento de competências para a especialização inteligente, a transição industrial, o empreendedorismo e a capacidade de adaptação à mudança
- 025-Incubação, apoio a novas empresas
- 026-Apoio a polos de inovação (clusters)

Documentos de referência

Algarve 2030 - Estratégia de Desenvolvimento Regional, Estratégia Nacional do Mar 2027, Estratégia Economia Azul ESG Algarve 2030

3. Região Inteligente Algarve - Digitalização da Economia

OP1 Dotação: 20M€ | PO Algarve - Diversificação

Enquadramento

A digitalização é uma pedra angular do futuro da indústria do turismo, principal setor económico da região, sendo crescente a interação direta dos consumidores com os destinos, desde o planeamento da viagem às vivências locais, principalmente através do uso de telemóveis, aplicações e computadores. A agricultura 4.0 e as tecnologias de precisão, sensorização e teledeteção, associadas à gestão mais eficientes dos fatores de produção (água, fertilizantes, produtos fitossanitários) são merecedoras de especial atenção, tal como a mobilidade na região.

Já se registam na região alguns desenvolvimentos prometedores, nomeadamente os dois polos de Inovação Digital - Digital Innovation Hub (DIH), recentemente reconhecidos, estando um terceiro em preparação. Importa consolidar estes desenvolvimentos, dando passos no sentido da **concretização de uma região inteligente, envolvendo "redes integradas de cooperação territorial"** (Municípios, Universidades, Centros I&D, Empresas, Sociedade Civil) que permitirão à região **entrar no roteiro da inovação associada à captação de empresas e estruturas de I&D identificadas com os sectores das TIC**, criando e disponibilizando ferramentas para as cidades e destinos inteligentes e também à mobilidade ou à produção agroalimentar mais sustentável.

Complementarmente, a qualificação dos recursos humanos da região será assegurada através de cursos técnicos superiores profissionais (CTeSP), designadamente nas áreas STEAM, relacionadas com a presente temática, além da restante oferta formativa a contemplar no âmbito do Programa Operacional Regional 2021-2027.

A articulação entre instrumentos de políticas poderá implicar a mobilização de diferentes objetivos específicos (englobando, por exemplo, ações na área da ciência, valorização e transferência de tecnologia e outras ou, ainda, de investimento em inovação empresarial). Pretende-se por esta via incrementar os **processos de descoberta empreendedora** em torno dos domínios de especialização inteligente mobilizados na RIS3 Regional em particular no setor das tecnologias da informação e comunicação.

Tipologias de operações a apoiar

OP1:

- Apoio a investimento empresarial, nomeadamente pela criação de Sistema de Incentivos de base regional, alinhado com RIS3 Algarve, que contribua para a diversificação da base produtiva por via de processos de descoberta empreendedora e de internacionalização;
- Apoio a ações coletivas para estruturação do projeto integrado e dinamização de iniciativas de interação, de transferência de conhecimento;
- Apoio a projetos de investigação científica e desenvolvimento tecnológico, centrados no desenvolvimento de atividades de investigação que apliquem a prossecução de desafios lançados nos grupos de trabalho criados no âmbito do Conselho de Inovação Regional do Algarve (CIRA);
- Apoio a ações coletivas para a internacionalização das infraestruturas tecnológicas da Região e a atração de investidores;
- Apoio a ações coletivas para identificação de fatores críticos e desenvolvimento de benchmarking, com elaboração de estudos comparativos (nomeadamente no âmbito dos setores de especialização regional);
- Apoio à aquisição de serviços e produtos tecnológicos por parte das empresas e de suporte à transição digital; à renovação capital tecnológico e à adaptação à transição ecológica e digital nas empresas;
- Apoios para a criação de novos produtos e serviços digitais, permitindo aos utilizadores criar experiências mais seguras e mais ajustadas ao seu perfil de necessidade e utilização;
-

Beneficiários

Empresas, entidades sistema científico Regional, Co-Lab, Infraestruturas tecnológicas, Associações empresariais.

Objetivos específicos

OP1:

- 1.1. Reforçar as capacidades de investigação e inovação e a adoção de tecnologias avançadas
- 1.2 Aproveitar as vantagens da digitalização para os cidadãos, as empresas e os governos
- 1.3 Reforçar o crescimento e a competitividade das PME e a criação de emprego nas PME
- 1.4 Desenvolver competências para a especialização inteligente, a transição industrial e o empreendedorismo
- 1.5 Promover a conectividade digital

Domínios de intervenção

OP1:

- 004-Ativos fixos em públicos investigação e inovação
- 008-Ativos intangíveis em públicos investigação e inovação
- 009-Atividades de investigação em micro investigação e inovação
- 010-Atividades de investigação em PME investigação e inovação
- 011-Atividades de investigação em grandes investigação e inovação
- 012-Atividades de investigação em públicos investigação e inovação
- 016-Soluções TIC, serviços eletrónicos e aplicações para a AP
- 020-Infraestruturas empresariais para PME (incluindo zonas e parques)
- 021-Desenvolvimento empresarial e internacionalização das PME, incluído investimento produtivo
- 023-Desenvolvimento de competências para a especialização inteligente, a transição industrial, o empreendedorismo e a capacidade de adaptação à mudança
- 025-Incubação, apoio a novas empresas
- 026-Apoio a polos de inovação (clusters)?
- 032-TIC
- 036-TIC

Documentos de referência

Algarve 2030 - Estratégia de Desenvolvimento Regional

4. Indústrias Culturais e Criativas

OP1 Dotação: 5 M€ | OP5 Dotação: 5 M€ | PO Algarve - Diversificação

Enquadramento

As indústrias Culturais e Criativas – em áreas como a multimédia, a música, o cinema, o design e outras artes - têm revelado capacidade de atração e fixação de profissionais qualificados, capazes de dinamizar processos de desenvolvimento e criação artística muito conectados com o território e com as comunidades. A relação virtuosa destas indústrias com o turismo tem contribuído para a atração de novos públicos e para a dinamização dos territórios, impactos que serão previsivelmente reforçados por projetos como o “Faro, Capital Europeia da Cultura 2027”, o “Geoparque Algarvensis” e a “Programação em Rede”.

Pretende-se aqui **fomentar o aparecimento de projetos piloto e espaços de criatividade e inovação que articulem intervenções públicas e privadas que, entre outros, valorizem com a incorporação de design as atividades de artesanato e/ou potenciem intervenções de regeneração urbana direcionadas para esse fim.** De igual forma, potenciar a geração de emprego nas áreas criativas, com elevado potencial de valorização da identidade, doa ativos e recursos endógenos.

Complementarmente, a qualificação dos recursos humanos da região será assegurada através de cursos técnicos superiores profissionais (CTeSP), designadamente nas áreas das Artes e Multimédia, além da restante oferta formativa de nível secundário a contemplar no âmbito do Programa Operacional Regional 2021-2027.

A articulação entre instrumentos de políticas poderá implicar a mobilização de diferentes objetivos específicos (englobando, por exemplo, ações na área da ciência, valorização e transferência de tecnologia e outras ou, ainda, de investimento em inovação empresarial). Pretende-se por esta via incrementar os **processos de descoberta empreendedora** em torno dos domínios de especialização inteligente mobilizados na RIS3 Regional em particular no setor das indústrias culturais e criativas.

Tipologias de operações a apoiar

OP1:

- Apoio a investimento empresarial, nomeadamente pela criação de Sistema de Incentivos de base regional, alinhado com RIS3 Algarve, que contribua para a diversificação da base produtiva por via de processos de descoberta empreendedora, fomentado, por exemplo, a fusão artesanato e design;
- Apoio a ações coletivas para estruturação do projeto integrado e dinamização de iniciativas de interação, de transferência de conhecimento e de descoberta empreendedora;
- Apoio a projetos de investigação científica e desenvolvimento tecnológico (preferencialmente projetos em co-promoção Universidade/empresas);
- Fomento de projetos semente e spin-off com vista à transformação de ideias inovadoras em iniciativas empresariais (tipo vale incubação);
- Apoio à compra de serviços em I&D com base em instrumentos simplificados (Vales/Vouchers);
- Promover o empreendedorismo qualificado;
- Promover a fusão do artesanato com o design;
- Projetos de internacionalização.

OP5:

- Apoio à criação de projetos ancora e de espaços agregadores de várias valências como a experimentação, a inovação, a criatividade, a formação, o aperfeiçoamento onde seja possível articular artes artesanais e tecnológicas, novas atividades económicas e criativas;

- Apoio a ações de demonstração e animação cultural, onde possam ser disponibilizadas zonas de exposição, espaços de incubação, salas para oficinas, workshops, bem como residências artísticas.

Beneficiários

Empresas, entidades sistema científico Regional, Infraestruturas tecnológicas, Associações empresariais, Municípios e Freguesias, Cooperativas e Associações sem fins lucrativos.

Objetivos específicos

OP1:

- 1.1. Reforçar as capacidades de investigação e inovação e a adoção de tecnologias avançadas
- 1.2 Aproveitar as vantagens da digitalização para os cidadãos, as empresas e os governos
- 1.3 Reforçar o crescimento e a competitividade das PME e a criação de emprego nas PME
- 1.4 Desenvolver competências para a especialização inteligente, a transição industrial e o empreendedorismo

OP5:

- 5.1 Promover o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado e inclusivo, a cultura, o património natural, o turismo sustentável e a segurança nas zonas urbanas.
- 5.2 Promover, nas zonas não urbanas, o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado e inclusivo a nível local, a cultura, o património natural, o turismo sustentável e a segurança.

Domínios de intervenção

OP1:

- 004-Ativos fixos em públicos investigação e inovação
- 008-Ativos intangíveis em públicos investigação e inovação
- 009-Atividades de investigação em micro investigação e inovação
- 010-Atividades de investigação em PME investigação e inovação
- 011-Atividades de investigação em grandes investigação e inovação
- 012-Atividades de investigação em públicos investigação e inovação
- 020-Infraestruturas empresariais para PME (incluindo zonas e parques)
- 021-Desenvolvimento empresarial e internacionalização das PME, incluído investimento produtivo025-Incubação, apoio a novas empresas
- 023-Desenvolvimento de competências para a especialização inteligente, a transição industrial, o empreendedorismo e a capacidade de adaptação à mudança
- 026-Apoio a polos de inovação (clusters)
- 036-TIC

OP5:

- 165- Proteção, desenvolvimento e promoção de ativos de turismo públicos e serviços públicos
- 166- Proteção, desenvolvimento e promoção do património cultural e dos serviços culturais
- 167 - Proteção, desenvolvimento e promoção do património natural e do ecoturismo (c/exceção natura 2000))
- 168 - Reabilitação física e segurança de espaços públicos
- 169 - Iniciativas de desenvolvimento territorial, incluindo a elaboração de estratégias territoriais
- 173- Reforço da capacidade institucional das autoridades publicas e das partes interessadas para executar projetos e iniciativas de cooperação territorial num contexto transfronteiriço, transnacional, marítimo e inter-regional

Documentos de referência

Algarve 2030 - Estratégia de Desenvolvimento Regional

5. Energias Renováveis

OP1 Dotação: 20 M€ | PO Algarve - Diversificação

Enquadramento

A região do Algarve possui vantagens competitivas relativas ao potencial de recursos energéticos renováveis, proporcionadas pelas condições de exposição solar, das mais elevadas da Europa, pela incidência de ventos e por uma costa atlântica e meridional que permite o recurso à energia das ondas e marés. Com estas condições, a região pretende posicionar-se como agente dum crescimento económico assente na descarbonização da economia, desenvolvimento de produtos e soluções eficazes na produção, armazenamento e novos usos de energias limpas.

Quanto aos **recursos oceânicos renováveis**, destaque para a energia das ondas na faixa atlântica ao largo de Sagres. Neste sentido, será equacionada a instalação *offshore* em Sagres de um parque de energia das ondas pré-comercial e a produção de energia elétrica (5 MW), com base numa tecnologia baseado em conceito imerso e que use amarrações fixadas em recifes artificiais (para mitigar o impacto ambiental, fomentar o capital natural do ecossistema marinho e consequentemente contribuir para a fixação de biodiversidade e aumento da biomassa de peixe). Paralelamente, estudos mais detalhados procederão a identificação de outras zonas de instalação destas novas tecnologias, bem como será assegurada oferta de formação qualificada para a operação e manutenção da tecnologia.

De igual forma, tirando partido do ativo estratégico que é o **Autódromo Internacional do Algarve**, serão exploradas as potencialidades da futura (em projeto) Infraestrutura Tecnológica junto ao autódromo, que tem por objetivo impulsionar a investigação, desenvolvimento e implementação de soluções energéticas à base de combustíveis verdes.

Igualmente a rede regional de Áreas de acolhimento empresarial constituir-se-á como ativo para a instalação de novos investimentos nesta área.

Complementarmente, a qualificação dos recursos humanos será assegurada através de cursos técnicos superiores profissionais (CTeSP), designadamente nas áreas STEAM, relacionadas com a presente temática, além da restante oferta formativa a contemplar no âmbito do Programa Operacional Regional 2021-2027.

A articulação entre instrumentos de políticas poderá implicar a mobilização de diferentes objetivos específicos (englobando, por exemplo, ações na área da ciência, valorização e transferência de tecnologia e outras ou, ainda, de investimento em inovação empresarial). Pretende-se por esta via incrementar os **processos de descoberta empreendedora** em torno dos domínios de especialização inteligente mobilizados na RIS3 Regional.

Tipologias de operações a apoiar

OP1:

- Apoio a investimento empresarial, nomeadamente pela criação de Sistema de Incentivos de base regional, alinha do com RIS3 Algarve, que contribua para a diversificação e sustentabilidade da base produtiva (e.g. instalações com recurso a energias renováveis);
- Apoio a ações coletivas para estruturação do projeto integrado e dinamização de iniciativas de interação, de transferência de conhecimento;
- Apoio a ações coletivas para a internacionalização das infraestruturas tecnológicas da Região e a atração de investidores;
- Criação de um sistema de apoio a ações coletivas para sensibilização, transferência de tecnologias para as empresas, ações de benchmarking (comparação de consumos, custos e resultados de empreendimentos semelhantes, permitindo identificar as boas práticas a adaptar);

- Apoio a projetos de investigação científica e desenvolvimento tecnológico, centrados no desenvolvimento de atividades de investigação que apliquem a prossecução de desafios lançados nos grupos de trabalho criados no âmbito do Conselho de Inovação Regional do Algarve (CIRA);
- Apoio a projetos de investigação e transferência de conhecimento que combinem eficiência energética, uso de renováveis e circularidade na construção, aproveitando a dinamização da habitação em sede de financiamento PRR.

Beneficiários

Empresas, entidades sistema científico Regional, Co-Lab, Infraestruturas tecnológicas, associações e entidades sem fins lucrativos.

Tipologias de operações a não apoiar

- Não são concedidos auxílios quando as melhorias se destinem a assegurar apenas que as empresas cumprem as normas mínimas da União europeia.
- Investimentos em produção de energia para venda.

Objetivos específicos

OP1:

- 1.1. Reforçar as capacidades de investigação e inovação e a adoção de tecnologias avançadas
- 1.2 Aproveitar as vantagens da digitalização para os cidadãos, as empresas e os governos
- 1.3 Reforçar o crescimento e a competitividade das PME e a criação de emprego nas PME
- 1.4 Desenvolver competências para a especialização inteligente, a transição industrial e o empreendedorismo

Domínios de intervenção

OP1:

- 004-Ativos fixos em públicos investigação e inovação
- 008-Ativos intangíveis em públicos investigação e inovação
- 009-Atividades de investigação em micro investigação e inovação
- 010-Atividades de investigação em PME investigação e inovação
- 011-Atividades de investigação em grandes investigação e inovação
- 012-Atividades de investigação em públicos investigação e inovação
- 020-Infraestruturas empresariais para PME (incluindo zonas e parques)
- 021-Desenvolvimento empresarial e internacionalização das PME, incluído investimento produtivo
- 023-Desenvolvimento de competências para a especialização inteligente, a transição industrial, o empreendedorismo e a capacidade de adaptação à mudança
- 025-Incubação, apoio a novas empresas
- 026-Apoio a polos de inovação (clusters)
- 036-TIC

Documentos de referência

Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050, Plano Nacional Energia e Clima 2021-2030, Plano Turismo +Sustentável, Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas do Algarve, Algarve 2030 - Estratégia de Desenvolvimento Regional, Estratégia economia azul ESG Algarve 2030 - Fórum Oceano, Estudo *RoadMAP* EETUR elaborado pelo ISQ, no âmbito de uma operação de ações coletivas do PO CRESC Algarve 2020

6. Economia Circular - Empresas

OP1 Dotação: 5 M€ | OP2 Dotação 10 M€ | PO Algarve - Diversificação

Enquadramento

O aumento da circularidade da economia, nomeadamente na utilização de matérias-primas e produtos, constitui um desígnio que a região já consagrou na Agenda Regional para a Economia Circular, em particular nos setores mais consumidores de recursos, mas simultaneamente com maior potencial de reconfiguração de processos de produção (e.g. agroalimentar, mar, turismo e construção). Pontuam aqui as **abordagens transversais em torno da eficiência hídrica e do uso racional da água e outros recursos geradores de resíduos, a aplicação dos princípios associados à Dieta Mediterrânica e à redução do desperdício alimentar e sectorialmente, dado o volume produzido na região, os resíduos de construção e demolição (RCD)**, com Plano de Ação específico derivado da referida Agenda Regional.

❖ Eficiência hídrica

A utilização sustentável da água constitui um verdadeiro desafio, em particular tendo em conta os cenários de alterações climáticas. Sem prejuízo da necessidade de aumentar as reservas hídricas e melhorar a resiliência da adução e distribuição da água, as prioridades deverão centrar-se na gestão da procura, reduzindo as perdas nos sistemas públicos de distribuição de água, incluindo nos aproveitamentos hidroagrícolas, na digitalização desses mesmos circuitos e na adoção de medidas de uso eficiente de água no utilizador final, em particular no âmbito da eficiência hídrica dos edifícios e nas atividades económicas do uso e gestão integrada de diversas origens de água, aumentando a circularidade do seu uso, nomeadamente por via da água para reutilização (ApR), do aproveitamento de águas pluviais *in situ* e dos processos de produção em circuito fechado, multitróficos e integradores (e.g. aquaponia).

❖ Resíduos

Os estudos elaborados no âmbito da Agenda Regional de Transição para a Economia Circular elaborada pela CCDR Algarve, identificaram o setor da construção civil/gestão de resíduos de construção e demolição (RCD), como o mais importante e com potencial em termos de implementação de economia circular, tendo sido definido um Plano de Ação para os RCD, que está atualmente em discussão com os municípios. Estima-se que a produção de RCD pelo setor é superior a 400 000ton/ano, havendo ainda uma grande quantidade de resíduos que são abandonados e não triados e reciclados, com utilizações de enchimento de vazios de escavação inadequados.

As principais barreiras apontadas pelas empresas prendem-se com o desconhecimento ainda existente do potencial de circularidade e com os custos associados aos investimentos necessários.

Adicionalmente, por via de estudo desenvolvido pelo IGOT para a CCDR Algarve com vista à identificação do potencial de circularidade associado à RIS3 Algarve, inquiriram-se empresários dos setores do mar e da agricultura, o que permitiu identificar os subprodutos, que pela escala de produção, poderão suportar **processos de descoberta empreendedora** em torno do seu prolongamento e manutenção na economia, embora como novos produtos e utilizações. Destes destacam-se os resíduos de plástico, óleos, papel, para os quais se sinalizaram já *benchmarks* relevantes, com possibilidade de replicação regional, a induzir junto das respetivas empresas ou a estimular o surgimento de novas que agarrem estas oportunidades.

Através de projetos de especialização inteligente, **pretende-se fomentar ações coletivas que acelerem a transição para uma economia mais circular**. A articulação entre instrumentos de políticas poderá implicar a mobilização de diferentes objetivos específicos (englobando, por exemplo, ações na área da ciência, valorização e transferência de tecnologia e outras ou, ainda, de investimento em inovação empresarial).

Complementarmente, a qualificação dos recursos humanos será assegurada através de cursos técnicos superiores profissionais (TeSP), designadamente nas áreas STEAM relacionadas com a presente temática, além da restante oferta formativa no âmbito do Programa Operacional Regional 2021-2027.

Tipologias de operações a apoiar

OP1:

- Criação de um sistema de apoio a ações coletivas para sensibilização, transferência de tecnologias para as empresas, ações de benchmarking (comparação de consumos, custos e resultados, permitindo identificar as boas práticas a adaptar);
- Apoio a projetos de investimento produtivo e/ou de qualificação das empresas, por exemplo para as seguintes áreas: gestão de produtos/resíduos gerados e potencial de reutilização ou de aumento de tempo de vida, bem como reconversão para adequar os processos produtivos a matérias-primas resultantes da reciclagem de resíduos;
- Apoio a sistemas integrados de gestão inteligente de produtos (monitorização da produção de materiais e da produção de resíduos e seu potencial de reutilização)
- Apoio a investimento empresarial, nomeadamente pela criação de Sistema de Incentivos de base regional, alinhado com RIS3 Algarve, que contribua para a diversificação e sustentabilidade da base produtiva;
- Apoio a projetos de investigação científica e desenvolvimento tecnológico, centrados no desenvolvimento de atividades de investigação que apliquem a prossecução de desafios lançados nos grupos de trabalho criados no âmbito do Conselho de Inovação Regional do Algarve (CIRA);

OP2:

- Reorientação das cadeias logísticas e de abastecimento, desenvolvimento de processos tecnológicos na área da economia circular e da eficiência hídrica;
- Promoção das melhores técnicas disponíveis e implementação de boas práticas no setor empresarial para a redução dos consumos de água, nomeadamente: controlo ativo de perdas, gestão de águas pluviais e cinzentas; otimização dos sistemas de rega dos espaços verdes, campos de jogos e golfe; tecnologias de telegestão e sensorização; reconversão de espaços verdes adequando-os às características edafo-climáticas do Algarve e/ou criação de paisagens de retenção de água valorizando espécies autóctones; incremento dos processos de monitorização usando como referencial os instrumentos de classificação hídrica como o AQUA+ (ADENE).
- Circularidade e aumento da eficiência hídrica no do comércio e serviços, nomeadamente: conceção de novos modelos de negócio assentes em lógicas *product-as-a-service*, na reutilização de materiais ou em economia de partilha; otimização da logística e redução e reutilização das embalagens.

Beneficiários

Empresas, associações empresariais, entidades sistema científico Regional, Co-Lab.

Tipologias de operações a não apoiar

- Indústria do plástico fora do âmbito atrás referenciado;
- Reciclagem química;
- Plásticos biodegradáveis.
- Investimentos associados a novas instalações em que a escolha de equipamentos, soluções ou procedimentos, apesar de fazerem parte da tipologia das ações a apoiar, fazem parte do elenco das boas práticas atuais, com exceção da utilização de ApR e aproveitamento da água da chuva.
- Não são concedidos auxílios quando as melhorias se destinem a assegurar apenas a que as empresas cumprem as normas mínimas da União europeia.

Objetivos específicos

OP1:

- 1.1. Reforçar as capacidades de investigação e inovação e a adoção de tecnologias avançadas
- 1.2 Aproveitar as vantagens da digitalização para os cidadãos, as empresas e os governos
- 1.3 Reforçar o crescimento e a competitividade das PME e a criação de emprego nas PME
- 1.4 Desenvolver competências para a especialização inteligente, a transição industrial e o empreendedorismo

1.5 Promover a conectividade digital

OP2:

2.4 Promover a adaptação às alterações climáticas, a prevenção dos riscos e a resiliência a catástrofes

2.5 Promover a gestão sustentável da água

2.6 Promover a transição para uma economia circular

Domínios de intervenção

OP1:

- 004-Ativos fixos em públicos investigação e inovação
- 008-Ativos intangíveis em públicos investigação e inovação
- 009-Atividades de investigação em micro investigação e inovação
- 010-Atividades de investigação em PME investigação e inovação
- 011-Atividades de investigação em grandes investigação e inovação
- 012-Atividades de investigação em públicos investigação e inovação
- 016-Soluções TIC, serviços eletrónicos e aplicações para a AP
- 020-Infraestruturas empresariais para PME (incluindo zonas e parques)
- 021-Desenvolvimento empresarial e internacionalização das PME, incluindo investimento produtivo
- 023-Desenvolvimento de competências para a especialização inteligente, a transição industrial, o empreendedorismo e a capacidade de adaptação à mudança
- 025-Incubação, apoio a novas empresas
- 026-Apoio a polos de inovação (clusters)
- 030- Processos de investigação e inovação, transferência de tecnologias e cooperação entre empresas, centrados na economia circular
- 032-TIC
- 036 –TIC

OP2:

- 064-Gestão de água e conservação de recursos hídricos (incluindo gestão de bacias hidrográficas, medidas específicas de adaptação às alterações climáticas, reutilização e redução de fugas)
- 065-Recolha e tratamento de águas residuais
- 066-Recolha e tratamento de águas residuais conformes com os critérios de eficiência energética
- 067-Gestão de resíduos domésticos: medidas de prevenção, minimização, triagem, reutilização e reciclagem
- 068-Gestão de resíduos domésticos: da fração resto dos resíduos (residual waste)
- 069-Gestão de resíduos comerciais e industriais: medidas de prevenção, minimização, triagem, reutilização e reciclagem
- 070-Gestão de resíduos comerciais e industriais: fração resto dos resíduos e resíduos perigosos
- 071-Promoção da utilização de materiais reciclados como matérias-primas072-Utilização de materiais reciclados como matérias-primas de acordo com os critérios de eficiência

Documentos de referência

Algarve 2030 - Estratégia de Desenvolvimento Regional, Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve (PREH-Algarve)
– Julho 2020, Agenda Regional para a Economia Circular do Algarve

7. Infraestruturas de apoio à competitividade

OP1 Dotação: 20 M€ | OP2 Dotação: 7,2 M€ | OP5 Dotação 2 M€ | PO Algarve Diversificação

Enquadramento

O Algarve possui uma rede de Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE), incubadoras e espaços de *co-working* que importa expandir e consolidar.

❖ Áreas de acolhimento empresarial

A rede AAE está geograficamente distribuída e possui características muito distintas, nomeadamente em termos de enquadramento nos instrumentos de gestão territorial, localização, acessibilidades, dimensão, titularidade, natureza jurídica, modelo de gestão, capacidade de atração empresarial, tipologia de serviços prestados e perfil de especialização.

Ainda que se tenha observado a requalificação de algumas AAE no âmbito do projeto REVIT (Lagos, Tavira e Vilamoura) no quadro do PT2020, os desenvolvimentos são ainda insuficientes, pelo que se pretende **reforçar a sua capacidade de atração de investimento e capacitar as empresas nelas instaladas**, em particular nos domínios identificados na RIS3 Regional, nomeadamente através de projetos com as seguintes dimensões:

- Identificação dos fatores críticos de competitividade das áreas de acolhimento empresarial da região e do modelo de governança e promoção de áreas de interesse comuns às empresas instaladas;
- Expansão e reforço das AAE existentes, em termos de acessos, infraestruturização básica e virtual, equipamentos de apoio e serviços qualificados;
- Desenvolvimento de ações de cooperação empresarial – incluindo plataformas de partilhas de boas práticas - que promovam, nomeadamente, a presença das empresas na Internet para alavancar vendas e captar clientes;
- Soluções de auto produção de energia renovável, de qualidade energética A+ e de carregamento de viaturas elétricas e abastecimento a hidrogénio;
- Soluções de eficiência hídrica e gestão coletiva de resíduos
- Cobertura de Banda Larga Rápida (5G) em AAE em áreas do interior (com comprovada falha de mercado);
- Soluções de resiliência ativa a Incêndios.

Em linha com o já delineado no PROT Algarve, a possibilidade de **ligação de áreas de acolhimento empresarial à rede ferroviária** deverá igualmente ser reequacionada, nomeadamente no que respeita ao transporte ferroviário de mercadorias de e para a Região. Isto passará por uma atualização dos estudos existentes, que identifique a viabilidade de concretização de uma área logística, já existente ou a criar, com ligação à rede ferroviária.

❖ Incubadoras e espaços de *co-working*

Existe na região um número crescente de espaços de incubação empresarial (a oferta de infraestruturas de I&D quase triplicou face a 2017) com graus diversos de especialização, que cobrem a quase totalidade dos concelhos do Algarve. Destas, salienta-se as incubadoras de base tecnológica, em menor número, mas com papel muito relevante na diversificação da base económica regional e a criação de emprego qualificado.

Neste domínio, será apoiado o trabalho das incubadoras e espaços de *co-working* no desenvolvimento de ecossistemas potenciadores do empreendedorismo, em particular nos domínios de especialização da RIS3 Algarve e aos novos setores associados à economia verde e digital.

Será dada atenção particular às iniciativas oriundas dos jovens qualificados do ensino superior, que têm demonstrado um grande potencial para explorar de forma inovadora oportunidades de negócio ancoradas em complementaridades com os setores do turismo e comércio, nomeadamente no domínio do agroalimentar, saúde humana, bem-estar e ciências da vida, TIC e indústrias culturais e criativas.

Parte destas iniciativas contribuirá para a criação de condições tecnológicas para o trabalho à distância no mundo rural, com a finalidade de atrair recursos humanos, também da Administração Pública, para fora dos grandes centros urbano, disponibilizando uma Rede de Espaços coworking no interior que sirvam igualmente a outros profissionais (trabalhadores independentes e do setor privado).

Tipologias de operações a apoiar

OP1:

. Aumento as áreas de Acolhimento Empresarial, consolidando as respetivas infraestruturas e dotando-as das necessárias condições de competitividade;

- Apoio a ações coletivas para reforço da capacitação e promoção das empresas sediadas nas áreas de acolhimento empresarial;
- Cobertura de Banda Larga Rápida (5G) em AAE (com comprovada falha de mercado) para suporte a desenvolvimentos pioneiros sobre a nova tecnologia;
- Promoção e articulação das incubadoras de base tecnológica (envolvendo a oferta pública e privada).

OP2:

- Criar espaços piloto e de demonstração, criando condições de contexto para a melhoria da competitividade das empresas instaladas em linha com as novas agendas climáticas e digitais, testando soluções integradas, que mobilizem para uma agenda de mudança sobre o papel destes espaços e a sua articulação com a estruturação de clusters e cadeias de valor de especialização produtiva, escaláveis no futuro para outras áreas. Neste âmbito, o investimento a realizar compreende as seguintes intervenções:

- Soluções de auto produção de energia renovável, consolidando e aperfeiçoando o conceito de Comunidade de Energia Renovável (CER) associado a Dispositivos de Armazenamento de Energia;
- Ilhas de Qualidade Energética A+ em AAE, com maior densidade de consumidores;
- Soluções de carregamento de viaturas elétricas e abastecimento a hidrogénio;
- Soluções de resiliência ativa a Incêndios.

OP5:

- Centros de incubação (não tecnológicas) e de coworking: espaços de acolhimento, organizados e estabelecidos com o objetivo de maximizar as hipóteses de sucesso das empresas a criar, nomeadamente:
 - Providenciando um conjunto integrado de competências e apoios específicos;
 - Oferecendo espaço físico adaptado, flexível e com custos controlados;
 - Facilitando o acesso a mentores e investidores e promovendo a realização de contactos empresariais;
 - Promovendo a ligação entre entidades não empresariais do Sistema de I&I e empresas e entre estas e os mercados;
 - Proporcionando um ambiente favorável à aprendizagem e ao empreendedorismo.

Beneficiários

Municípios, associações empresariais, entidades gestoras de espaços de acolhimento empresarial (públicas e privadas) e Entidades do sistema científico regional.

Objetivos específicos

OP1:

1.3 Reforçar o crescimento e a competitividade das PME e a criação de emprego nas PME

1.4 Desenvolver competências para a especialização inteligente, a transição industrial e o empreendedorismo

OP2:

2.1 Promover a eficiência energética e redução das emissões de gases de efeito estufa

2.2 Promover as energias renováveis

OP5:

5.2 Promover, nas zonas não urbanas, o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado e inclusivo a nível local, a cultura, o património natural, o turismo sustentável e a segurança.

Domínios de intervenção

OP1:

- 020-Infraestruturas empresariais para PME (incluindo zonas e parques)
- 023-Desenvolvimento de competências para a especialização inteligente, a transição industrial, o empreendedorismo e a capacidade de adaptação à mudança
- 025-Incubação, apoio a novas empresas

OP2:

- 053 -Sistemas energéticos inteligentes (incluindo redes inteligentes e sistemas de TIC) e respetivo armazenamento

OP5:

- 169 - Iniciativas de desenvolvimento territorial, incluindo a elaboração de estratégias territoriais

Fronteiras com PRR: Por definir

A componente 7 - Infraestruturas, prevê apoio à requalificação em “upgrade” das AAE existentes para uma nova geração de espaços mais resilientes, mais verdes e mais digitais.

8. Qualificações para as novas fileiras de especialização

OP4 (FEDER) Dotação: 9 M€ | OP4 (FSE) Dotação: 18 M€ | PO Algarve - Diversificação

Enquadramento

A persistência de um défice crónico de qualificações dos ativos (empregados e desempregados) na região condiciona a sua capacidade de resposta aos novos desafios, como a digitalização das organizações e da economia, limitando a competitividade na captação de novos investimentos. Concomitantemente, o envelhecimento demográfico continuará a contribuir para a diminuição do volume da força de trabalho disponível, independentemente da evolução da sua estrutura de qualificações.

A taxa de escolarização com nível superior nos jovens residentes com idades entre os 18 e os 22 anos (18,4%, em 2019) representa metade do valor nacional (36,4%), uma diferença que se manteve desde 2013. Igualmente, a população residente com idade entre os 30 e os 34 anos apresentava em 2020 a taxa de escolarização ao nível do ensino superior (33,8%), mais baixa do país (39,6%), tendo evoluído 8,5 pontos percentuais na década passada, abaixo do crescimento nacional de 12,9 pontos.

Ao nível do emprego, em 2020, a percentagem de quadros superiores e especialistas no total de empregados, representava 23,8% no Algarve (20% em 2013), mais distante do país, que passou de 22,4% para 27,9%, no mesmo período. Por outro lado, a diminuição significativa do número de diplomados no ensino superior nas áreas das engenharias, indústrias transformadoras e construção, que se registou no Algarve em contraciclo com o país entre 2013 e 2019, é agravada pelo facto de o número de matriculados naquelas áreas de formação ter igualmente diminuído nesse período, persistindo uma trajetória menos positiva no tocante à qualificação do capital humano regional em áreas necessárias ao processo de desenvolvimento e transformação económica e social do Algarve.

A inversão desta tendência só será conseguida com um leque de medidas em diversas áreas, sendo que no presente Plano da Ação pretende-se atuar sobretudo ao nível dos Cursos Técnicos Superiores Profissionais (CTeSP). O objetivo será o de alargar e diversificar a oferta destes cursos, aprofundando a sua vertente técnica e profissionalizante e a proximidade ao tecido empresarial, nomeadamente através do apoio à realização de estágios profissionais e de estímulo à contratação, tendo em vista assegurar a disponibilidade de **recursos humanos apetrechados com as competências indispensáveis à diversificação da atividade económica regional, particularmente nos domínios estratégicos da EREI Algarve 2030** (Mar, Agroalimentar, Energias renováveis, Saúde e bem-estar, TIC e ICC).

As melhores práticas para este tipo de ensino recomendam o equipamento de salas e os laboratórios com equipamentos atualizado, tanto de cariz pedagógico-experimental como equipamentos reais. Este investimento em equipamento será acompanhado pela diversificação e adequação do volume e do leque de opções da oferta de dupla certificação de jovens (de nível secundário, pós-secundário e superior).

Ao nível do emprego, os jovens, nomeadamente os que procuram o primeiro emprego, deparam-se no Algarve com uma maior dificuldade de inserção profissional ativa na transição para o mercado de trabalho, por comparação com o país, mesmo entre aqueles que têm habilitações de nível superior.

Assim, e tendo em conta a experiência do PT 2020 (avaliação IEJ) que permite concluir que as realizações de estágio, por parte dos jovens, resultam num efeito positivo na sua empregabilidade, quer como complemento da formação, quer na afirmação da confiança necessária para se tornarem ativos na procura de emprego, na promoção do acesso ao emprego, os apoios ao emprego deverão traduzir-se em apoios à integração de jovens qualificados no mercado de trabalho, por via do apoio à realização de estágios e de estímulo à sua contratação, que visem contribuir para combater a precariedade e a segmentação do mercado de trabalho, promovendo uma transição qualificante dos jovens para o mercado de trabalho regional.

O apoio às medidas ativas de emprego será, todavia, ajustado à estratégia de especialização inteligente da região e, portanto, associado aos setores e atividades que contribuam diretamente para a diversificação da base económica regional.

Tipologias de operações a apoiar

OP4 (FEDER):

São 5, as tipologias de equipamentos necessários para a criação e consolidação de oferta de CTeSP nas áreas do Mar, Agroalimentar, Energias renováveis, Saúde e bem-estar, TIC e ICC:

- **Equipamento para Salas/Laboratórios Digitais *Hands-on***, para todas as áreas científica/CTeSP, nomeadamente câmaras (auto-tracking) inteligentes e microfones de lapela, e ecrãs interativos de grande dimensão.
- **Equipamento informático e de Multimédia**, desde computadores, VDI, camaras, servidores, workstations, equipamento de vídeo e áudio, etc. Esses equipamentos irão servir os CTeSPs de “Sistemas e Tecnologias de Informação*”, “Tecnologias Informáticas*”, “Desenho e Modelação Digital”, “Design e Tecnologias Multimédia”, “Marketing Digital”, “Programação de Dispositivos para a Internet”.
- **Equipamento de Eletrónica, Domótica, Energias Renováveis, Mecatrónica e Manutenção Automóvel**, nomeadamente bancadas laboratoriais para eletrónica, máquinas elétricas, variadores eletrónicos de velocidade, telecomunicações, redes de comunicação, robótica, energias renováveis, veículos elétricos, eficiência energética e redes energéticas inteligentes, equipamentos para medição, diagnóstico, calibração, regulação, adaptação, auxílio à reparação. Equipamento digital de análise de gases gasolina/GPL/outros, máquina de equilibrar rodas com martelo e pesos, etc. Esses equipamentos irão servir os CTeSPs de “Instalações Elétricas, Domótica e Automação*”, “Energias Renováveis” e “Tecnologia e Manutenção Automóvel”.
- **Equipamentos para Saúde, Alimentação e Bem-estar**, nomeadamente equipamentos de cinesioterapia, massoterapia e técnicas complementares, como Marquesas, bancos, equipamento de electroestimulação e magnetismo, analisador de pele, sistema de enchimento de bolsas de nutrição parentérica automático, etc. Esses equipamentos irão servir os CTeSPs de “Segurança e Higiene Alimentar*”, “Inovação e Qualidade Alimentar”, “Termalismo e Bem-estar” entre outros.
- **Equipamentos para Construção, Topografia e Sustentabilidade**, nomeadamente para tecnologia de edifícios, distanciómetro, medidor laser de espessura de vidros, sonómetro digital, estruturas como martelo eletrónico para medição da resistência à compressão do betão, sistemas avançados de deteção de armaduras e análise de corrosão, edificações como câmara termográfica, medidor PH, Termómetro/Higrómetro. Esses equipamentos irão servir os CTeSPs de “Proteção civil”, “Construção Civil”.

O investimento em equipamentos para os CTeSP será complementado com a construção de edifício dedicado ao ensino digital, autossuficiente e sustentável energeticamente, possibilitando assim uma maior coordenação, otimização e maximização da utilização dos recursos tecnológicos disponíveis. Essa concentração das componentes tecnológicas permitirá, ainda, dotar a Escola Superior de Saúde e os CTeSP na área da saúde de instalações adequadas.

OP4 (FSE):

- **Cursos Técnicos Superiores Profissionais**, tendo em vista aumentar a taxa de escolarização de nível superior nos jovens, nos domínios estratégicos da EREI Algarve 2030.

Os apoios deverão ser dirigidos a áreas de formação (STEAM) e referenciais de formação específicos, com qualificação mínima de nível ISCED 5, e que diretamente contribuam para a diversificação da base económica regional e uma especialização mais inteligente.
- **Apoios à integração de jovens qualificados no mercado de trabalho**, contribuindo para combater a precariedade e a **segmentação** do mercado de trabalho, promovendo uma inserção profissional motivadora e uma transição qualificante dos jovens entre a escola e o mercado de trabalho regional, com recurso a medidas ativas de emprego ajustadas às necessidades da região e associados a mecanismos de Apoio à Contratação sequencial dos jovens:
 - Apoio a Estágios profissionais;
 - Apoio à contratação sequencial dos jovens.

Os apoios deverão ser dirigidos a setores de atividade, áreas de formação (STEAM) e grupos profissionais específicos, com qualificação mínima de nível ISCED 5, e que diretamente contribuam para a diversificação da base económica regional e uma especialização mais inteligente.

Beneficiários

Instituições de Ensino Superior e Serviços Públicos de Emprego que assegurem a gestão dos apoios ao emprego

Objetivos específicos

OP4 (FEDER):

4.2 Melhorar o acesso equitativo a serviços inclusivos e de qualidade na educação, na formação e na aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento de infraestruturas acessíveis, nomeadamente através da promoção da resiliência no que diz respeito à educação e formação à distância e em linha (Ensino superior)

OP4 (FSE):

4. a) Acesso ao emprego para todos os candidatos a emprego

4.f) Promover a igualdade de acesso e a conclusão da educação e formação inclusiva e de qualidade (até ao Ensino Superior)

Domínios de intervenção

OP4 (FEDER):

- 123 - Infraestruturas de ensino superior

OP4 (FSE):

- 134 – Medidas destinadas a melhorar o acesso ao emprego
- 136 - Apoio específico ao emprego dos jovens e à integração socioeconómica dos jovens
- 150 - Apoio ao ensino superior (excluindo infraestruturas)

Documentos de referência

Algarve 2030 - Estratégia de Desenvolvimento Regional

Fronteiras com PRR: por definir

A componente 6 - Qualificações, prevê investimentos nas áreas STEAM.

9. Património natural, conservação da natureza e biodiversidade

OP2 Dotação: 8 M€ | PO Algarve - Diversificação

Enquadramento

A Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030 (ENCNB 2030) assumiu o património natural português como um fator decisivo para a afirmação internacional do país e como um ativo estratégico para a concretização de um desenvolvimento assente na valorização do seu território e nos seus valores naturais. Com as metas aí estabelecidas, em alinhamento com a Estratégia Europeia de Biodiversidade para 2030 e em articulação com os Planos de Gestão das Regiões Hidrográficas, pretende-se sustentar a perda de biodiversidade e, reforçar a resiliência da região. Pretende-se **valorizar o território, incrementando os serviços dos ecossistemas mediante a implementação de infraestruturas verdes**, a requalificação ou renaturalização de sistemas ecológicos e a melhoria dos sistemas aquáticos e ribeirinhos, potenciando a geração de emprego.

As zonas classificadas como Área Protegida e Rede Natura 2000, bem como outros territórios do Barrocal e Serra, justificam, pelas suas particularidades ambientais e paisagísticas, uma intervenção de valorização e promoção que contribua para um crescimento económico sustentável e da região.

A Bacia do Arade é um território com elevado valor natural e particularidades ambientais e paisagísticas únicas no contexto regional e nacional, o que justificou a sua classificação como sítio da Rede Natura 2000. Tem assim potencial para ser um dos pilares para a atenuação das vulnerabilidades demográficas e económicas dos territórios de Baixa Densidade envolventes, assente nos princípios da sustentabilidade.

A possibilidade de **navegabilidade do Rio Arade até Silves e a valorização ambiental da bacia hidrográfica do Arade, restaurando e preservando as áreas naturais ribeirinhas e as suas zonas envolventes** poderão promover a dinamização e diversificação da economia local, e contribuir para o crescimento económico sustentável e competitivo da região.

No nordeste Algarvio, atravessando um dos territórios nacionais de maior risco de desertificação, o rio Guadiana, seus afluentes e área envolvente, devem ser considerados pilares para a atenuação das vulnerabilidades demográficas e económicas. Para além da manutenção da navegabilidade do Guadiana até ao Pomarão, considera-se primordial salvaguardar e valorizar *habitats* e recursos naturais existentes, promover a paisagem agroflorestal e a agro silvopastorícia de pequenos ruminantes, na perspetiva de suporte à biodiversidade e aos serviços dos ecossistemas, bem como de mitigação do risco de incêndios rurais, contribuindo simultaneamente a dinamização e diversificação da economia local.

Tipologias de operações a apoiar

- Operações coerentes com documentos estratégicos existentes, designadamente o Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027 para a Rede Natura 2000, a ENCNB 2030 e o seu Plano de Ação para a Conservação da Natureza e da Biodiversidade XXI, os Planos de Gestão das Regiões Hidrográficas (PGRH) incidentes na Região e o Plano Regional de Ordenamento do Território para o Algarve (PROT Algarve).
- Ações dirigidas à recuperação e proteção de espécies ameaçadas e/ou com estado de conservação desfavorável e aos habitats naturais e paisagens antropogénicas de elevado valor ambiental e cultural por ligação à componente paisagística da Dieta Mediterrânica (e.g. o pomar tradicional algarvio);
- Ações dirigidas a espécies e/ou habitats previstas em Planos de Ação e Conservação, Planos de Gestão de Zonas Especiais de Conservação e Livros Vermelhos;
- Ações de recuperação, conservação e valorização de ecossistemas degradados ou sujeitos a impactes severos e de conservação e valorização de geosítios e monumentos naturais (ex: Geoparque Algarvensis);
- Ações de adaptação às alterações climáticas em áreas relevantes para a biodiversidade e ações de prevenção, controlo e erradicação de espécies exóticas invasoras;

- Desenvolvimento de conteúdos e ações de promoção do património natural (com enquadramento em planos existentes, designadamente de conservação de espécies e/ ou natureza);
- Ações de valorização do capital natural associado ao ordenamento, manutenção e recuperação da funcionalidade dos ecossistemas aquáticos, ribeirinhos e de zonas húmidas, em áreas com estado de conservação desfavorável;
- Criação de infraestruturas verdes associadas aos recursos hídricos, como fomento da biodiversidade e da conectividade ecológica;
- Ações de reabilitação e renaturalização ecológica de áreas degradadas (Ex: recuperação/reconversão das áreas artificializadas degradadas nas zonas húmidas do Algarve, atualmente inoperantes ou em estado de abandono, por renaturalização, ou através de sistemas mistos de produção aquícola associados a projetos de valorização ambiental, desenvolvendo o setor de Tecnologias do Mar orientado para produção alimentar e serviços ambientais/serviços ecossistémicos);
- Promoção de novos espaços florestais, com funções de proteção e de captura de carbono.
- Construção/Reabilitação/Beneficiação geral das estruturas flutuantes e outras ações associadas às condições de navegabilidade e acostagem, integrando princípios de sustentabilidade ao nível da utilização de energias renováveis, eficiência energética e hídrica, resíduos;
- Desenvolvimento de atividades sustentáveis ligadas ao rio;
- Implementação de investimentos de suporte à visitação e usufruto destes espaços, promovendo igualmente a recuperação/valorização de zonas notáveis do ponto de vista ambiental e cénico.

Beneficiários

Entidades da Administração Pública Central, Institutos Públicos, Autarquias Locais e suas Associações, ou Empresas Municipais e Intermunicipais, podendo exigir protocolo de colaboração com a APA ou ICNF, Setor Empresarial do Estado, com protocolo de colaboração com a APA, I.P. ou ICNF, I.P., Entidades gestoras de áreas protegidas de interesse local ou regional, Entidades gestoras de territórios e equipamentos inseridos em áreas classificadas ou com interesse para a conservação da natureza, Instituições de ensino e investigação, Outras entidades, incluindo entidades do setor empresarial local, associações e fundações, organizações não governamentais de ambiente, mediante protocolo ou outras formas de cooperação com a APA, I.P. ou ICNF, I.P.

Tipologias de operações a não apoiar

- Desenvolvimento do Cadastro Nacional dos Valores Naturais Classificados;
- Medidas já apoiadas ao abrigo de outras fontes de financiamento - Portugal 2020, Portugal 2030, EEA Grants, Fundo Ambiental ou outros.
- Intervenções que contribuam para a degradação do património natural e cultural, e ações prejudiciais sobre o capital natural, particularmente sobre a funcionalidade dos ecossistemas e paisagens, sobre as espécies e habitats, e, sobre a regulação e a eficiência dos recursos naturais.
- Infraestruturas hidráulicas prejudiciais, em linhas de água com comunidades piscícolas.
- Plantação de exóticas.

Objetivos específicos

OP2:

2.4 Promover a adaptação às alterações climáticas, a prevenção dos riscos e a resiliência a catástrofes

2.7 Reforçar a proteção da natureza e a biodiversidade, as infraestruturas verdes e reduzir a poluição

Domínios de intervenção

OP2:

- 059- Medidas de adaptação às alterações climáticas e prevenção e gestão de riscos associados ao clima: incêndios (incluindo sensibilização, proteção civil e sistemas de gestão de catástrofes, infraestruturas e abordagens baseadas nos ecossistemas)

- 060-Medidas de adaptação às alterações climáticas e prevenção e gestão de riscos associados ao clima: outros, por exemplo, tempestades e secas (incluindo sensibilização, proteção civil e sistemas de gestão de catástrofes, infraestruturas e abordagens baseadas nos ecossistemas)
- 064-Gestão de água e conservação de recursos hídricos (incluindo gestão de bacias hidrográficas, medidas específicas de adaptação às alterações climáticas, reutilização e redução de fugas)
- 078-Proteção, restauração e utilização sustentável dos sítios Natura 2000
- 079-Proteção da natureza e da biodiversidade, património e recursos naturais, infraestruturas verdes e azuis

080-Outras medidas destinadas a reduzir as emissões de gases com efeito de estufa nos domínios da preservação e restauração de áreas naturais com elevado potencial de absorção e armazenamento de carbono – por exemplo através da reumidificação de zonas pantanosas – e da captura de gases de aterro

Documentos de referência

PO Algarve base, Programa Portugal Ciclável 2030, Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas; Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade 2030 (ENCB), Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território (PNPOT), Plano Regional de Ordenamento do Território para o Algarve (PROT Algarve), Planos de Gestão das Regiões Hidrográficas (PGRH)

10. Valorização dos Ativos Territoriais – Baixa densidade

OP1 Dotação: 15M€ | OP2 Dotação: 4,8 M€ | OP5 Dotação: 10 M€ | PO Algarve - Diversificação

Enquadramento

O afastamento dos territórios do Interior do Algarve, em relação aos espaços regionais do Litoral de maior dinâmica sócio económica, associado a um modelo de desenvolvimento pouco diversificado, resultou numa desigualdade de oportunidades territoriais, que tem limitado o potencial de êxito e de rentabilidade de iniciativas privadas dificultando a sua implementação nestes territórios de Baixa Densidade.

Por forma a contribuir para a diversificação territorial da economia regional, através da promoção dos recursos endógenos dos territórios mais desfavorecidos, reduzindo as assimetrias socio económicas regionais, pretende-se apoiar investimento público associado às temáticas rurais e aos territórios de Baixa Densidade que permita alavancar iniciativas privadas, que contribuam para a criação de emprego e para a atração de novos residentes, valorizando os ativos territoriais em presença.

Prevê-se com esta articulação, garantir condições para a dinamização de pequenas iniciativas empresariais, que permitam a agregação de valor e a criação de emprego sustentável, promovendo a competitividade nestes territórios.

Para além das iniciativas já tradicionais nesta matéria, será dada particular atenção a concretização da plena conectividade (5G) nas áreas rurais e de baixa densidade, tornando-as atrativas a investimento e capazes de fixar profissionais qualificados.

Tipologias de operações a apoiar

OP 1:

- Apoio à melhoria da conectividade (5G) nas áreas rurais e de baixa densidade.

OP2:

- Criação de comunidades energéticas, aumentando a utilização de energias renováveis.

OP5:

- Ações de valorização económica de recursos endógenos materiais e imateriais de cariz eminentemente público, dando suporte às iniciativas geradas em contexto de parcerias locais (envolvendo entidades públicas, associativas e privadas) e em estratégias de desenvolvimento que apostem no reforço e diversificação da base económica dos territórios rurais de Baixa Densidade, através do reforço da sua atratividade, da valorização dos seus recursos diferenciadores, particularmente o património natural e cultural e os produtos de qualidade.
-
- Criação de redes locais de promoção do conhecimento e inovação, numa lógica de recriação de produtos endógenos, criação de novos produtos, design e marketing inovador para produtos locais (ex. TASA, Rota Vicentina, Rota Algarviana, Puro Algarve, etc.) e aproveitamento da forte marca identitária associada à Dieta Mediterrânica;
- Intervenções integradas de requalificação dos espaços, incluindo investimentos âncora ligados aos recursos endógenos;
- Qualificação e modernização da oferta de produtos endógenos (por ex. certificação e denominação de origem, aposta em novos canais de distribuição, promoção da dieta mediterrânica, etc.);
- Desenvolvimento de atividades associadas ao território, através de equipamentos diferenciadores e de projetos estruturantes dando continuidade às intervenções em curso:

- Rota serrana de Auto Caravanismo;
- Requalificação, gestão e dinamização dos mercados municipais de produtos locais;
- READY – Recursos endógenos e desenvolvimento do turismo ativo.
- Criação de programas de intervenção integrados em Aldeias, montando iniciativas inovadoras com recurso a novas tecnologias (rede de aldeias inteligentes), de valorização dos ativos culturais e naturais envolventes, nos princípios da sustentabilidade, sensibilização para a preservação dos ecossistemas e resiliência às alterações climáticas, tendo como objetivo a atração de novos residentes e a criação de empregos verdes.

Beneficiários

CIM, Autarquias Locais e entidades da Administração Central, outras entidades públicas e privadas, sem fins lucrativos

Resultados a obter

- Investimento público capaz de alavancar emprego privado centrado nos recursos endógenos;
- Aumentar a atividade económica nas áreas de intervenção;
- Aumentar o nº de empresas a atuar nestas áreas;
- Novos produtos de artesanato criados;
- Aumentar o nº de novos residentes;
- Aumentar o nº de empregos verdes.

Objetivos específicos

OP1:

1.5-Promover a conectividade digital

OP2:

2.1 Promover a eficiência energética e redução das emissões de gases de efeito estufa

2.2 Promover as energias renováveis

2.7 Reforçar a proteção da natureza e a biodiversidade, as infraestruturas verdes e reduzir a poluição

2.8 Promover a mobilidade urbana multimodal sustentável

OP5:

5.2-Promover, nas zonas não urbanas, o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado e inclusivo a nível local, a cultura, o património natural, o turismo sustentável e a segurança

Domínios de intervenção

OP1:

- 032-TIC

OP2:

- 046 -Apoio às entidades que prestam serviços que contribuem para a economia hipocarbónica e para a resiliência às alterações climáticas, incluindo medidas de sensibilização
- 053 -Sistemas energéticos inteligentes (incluindo redes inteligentes e sistemas de TIC) e respetivo armazenamento
- 079-Proteção da natureza e da biodiversidade, património e recursos naturais, infraestruturas verdes e azuis
- 083-Infraestruturas cicláveis

OP5:

- 165- Proteção, desenvolvimento e promoção de ativos de turismo públicos e serviços públicos
- 166- Proteção, desenvolvimento e promoção do património cultural e dos serviços culturais
- 167 - Proteção, desenvolvimento e promoção do património natural e do ecoturismo (c/exceção natura 2000))

- 168 - Reabilitação física e segurança de espaços públicos
- 169 - Iniciativas de desenvolvimento territorial, incluindo a elaboração de estratégias territoriais
- 173- Reforço da capacidade institucional das autoridades publicas e das partes interessadas para executar projetos e iniciativas de cooperação territorial num contexto transfronteiriço, transnacional, marítimo e interregional

Documentos de referência

Algarve 2030 - Estratégia de Desenvolvimento Regional, Plano de Ação de Desenvolvimento dos Recursos Endógenos

11. Metro ligeiro de superfície Algarve Central (Faro-Olhão-Loulé) com ligação ao Aeroporto e à Universidade do Algarve

OP2 Dotação: 66 M€ | PO Algarve Diversificação

Enquadramento

Enquadrado no objetivo estratégico nº 2 da EU, pretende-se atingir a neutralidade carbónica até 2050 (reduzindo as emissões de gases com efeito de estufa provenientes dos transportes), *desenvolver e reforçar a mobilidade nacional, regional e local, através da ligação em sistema de metro ligeiro de superfície entre Faro-Aeroporto-Universidade do Algarve-Parque das Cidade-Loulé-Olhão*, numa extensão aproximada de 35 km e simultaneamente *contribuir para uma Europa mais conectada, através do reforço da mobilidade*. Terá uma interface com a linha ferroviária tradicional que assim ficará conectada com o Aeroporto, o que *reforçará a rede nacional, estabelecendo uma ligação intermodal inexistente no sul do País e Península Ibérica, melhorando o acesso à RTE- T e à zona transfronteiriça*, conforme previsto no nº1 alínea c) ii) do artigo 3º do Regulamento (EU) 2021/1058 de 24/06.

Registam-se numerosas deslocações pendulares casa-trabalho de média distância em viatura própria, o que impacta negativamente o ambiente e que prejudica a competitividade da bacia de emprego (o custo elevado das deslocações limita a oferta de trabalho em locais mais distantes da residência). O padrão de ocupação do território no Algarve - nomeadamente o peso do povoamento disperso e uma rede urbana policêntrica, com centros de pequena dimensão – tem contribuído para que a oferta de transportes públicos de passageiros na Região seja muito deficiente.

A área que se pretende agora servir através de metro ligeiro corresponde à maior concentração populacional do Sul do País e os mais de 150 mil residentes habituais em zonas urbanas e suburbanas contabilizam diariamente milhares de deslocações pendulares em veículo próprio, muitas vezes com um único ocupante, a que se juntam as deslocações dos passageiros embarcados/desembarcados no Aeroporto de Faro que procuram estes centros urbanos e ainda os que optam pela continuação da sua viagem em modo ferroviário. Igualmente reforçará a inserção da Universidade no sistema de mobilidade da região, reforçando a sua atração regional e a sua influência no conceito de Cidade-Região, motivada pela redução dos custos de contexto.

A ligação em metro ligeiro de superfície entre Faro-Aeroporto-Universidade do Algarve-Parque das Cidade-Loulé-Olhão será assim um contributo relevante a oferta de transportes públicos de passageiros na Região, o que permitirá: reduzir de forma significativa as emissões de CO²; alargar as bacias de emprego de base local e concelhia para a dimensão sub-regional (Algarve Central), contribuindo para o aumento de produtividade, incremento da competitividade das empresas e a atratividade da região; tirar partido das complementaridades com outros investimentos e medidas em curso, tal como a eletrificação da linha ferroviária do Algarve, e os planos sub-regionais e municipais de mobilidade sustentável.

Este projeto abre igualmente caminho para a concretização do conceito das “cidades de 15 minutos”, já que proporcionará uma mobilidade sustentável, quer em termos ambientais quer em termos de qualidade de vida para os cidadãos.

No Plano Nacional de Infraestruturas integra os seguintes programas de investimento:

- **Desenvolvimento de sistemas de transportes coletivos em sítio próprio em cidades com mais de 100.000 habitantes – MPT3**
- **Programa de acessos rodo e ferroviários aos aeroportos nacionais – RF2 (construção da ligação ferroviária ao Aeroporto de Faro)**

Tipologias de operações a apoiar

- Estudos técnicos prévios
- Projetos de engenharia
- Instalação dos canais de ligação (carris), em alguns troços compatível com linha eletrificada já existente
- Construção /adaptação/reabilitação de zonas de interface modal e estações
- Aquisição de material circulante.
- Implementação de sistema de gestão do tráfego
- Implementação de sistemas de bilhética e sistemas integrados de “mobilidade inteligente”, nomeadamente portais de informação para utilizadores.

Beneficiários

Infraestruturas de Portugal, IP, CIM, Municípios

Investimento estimado

Total 186 M de € (Linha - 110 M€; Material Circulante e ligação intermodal Algarve Central – 76 M€). O projeto integra 2 componentes:

- Componente A - Linha Faro - Aeroporto - Universidade do Algarve - Parque das Cidades/Almancil -Estação de Loulé; Material Circulante Passageiros;
- Componente B – ligação à cidade de Loulé (poente) e à cidade de Olhão (aproveitando a atual linha).

Os valores apresentados são estimados, considerando outras soluções existentes, mas que terão de ser confirmados em função dos estudos a desenvolver no curto prazo.

Nesta fase, o PO Regional do Algarve inscreve na sua dotação a verba da componente multimodal, na expectativa do resultado de estudo técnico mais detalhado e do financiamento complementar através do Fundo de Coesão ou de outras fontes de financiamento.

Objetivos específicos

OP2:

2.8 Promover a mobilidade urbana multimodal sustentável

Domínios de intervenção

OP2:

- 081-Infraestruturas de transportes urbanos limpos²
- 082-Material circulante de transportes urbanos limpos¹

Documentos de referência

Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050, Algarve 2030 - Estratégia de Desenvolvimento Regional, Plano Nacional de Infraestruturas 2030, Regulamentos EU, PROT Algarve VOL 1 pág. 192/3